



Mulheres Romani(ciganas)

Rostos e Identidades



AMSK/BRASIL
ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL MAYLE SARA KALI



Copyright ©AMSK/Brasil

2017 Associação Internacional Maylê Sara Kalí. Todos os direitos reservados. Vedada a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou qualquer meio, produção, distribuição, comercialização ou cessão sem autorização do autor. A utilização dos dados e informações devem ser descritos com os devidos créditos. Os direitos desta obra não foram cedidos. A violação dos Direitos Autorais (Lei n. 9610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



Presidenta
Elisa Costa

Fundadoras
Sebastiana Vidal
Elisa Costa
Lucimara Cavalcante
Marcia Vasconcelos

Equipe Técnica
Anne Kellen Cavalcante
Cerqueira
Carlos Amaral

Organização e Edição
Marcia Vasconcelos

Projeto Gráfico, Diagramação
e Arte finalização
JR2 Design
Diretor de Arte
José Ruitter Jr

Impressão

Dados de Catalogo

COSTA, Elisa;
VASCONCELOS, Marcia;
CUNHA, Jamilly Rodrigues;
MARIANO, Olga. Mulheres
Romani (ciganas): Rostos
e identidades. AMSK/
Brasil: Brasília-DF 2017.

ISBN. 978-85-67708-05-8

1. Mulheres Romani 2.
Ciganas 3. Direitos
Humanos

SUMÁRIO

Prefácio	07
Pensando Identidade e diferença	09
<i>As mulheres ciganas e a reivindicação de direitos específicos</i>	09
<i>Cultura Identidade e diferença</i>	11
<i>Mulheres Ciganas</i>	14
<i>À guisa de uma conclusão</i>	18
Romnia	21
<i>Pesquisa situacional sobre as mulheres de Etnia Romani (“ciganas”)</i>	21
<i>Elas por elas mesmas</i>	27
<i>Educação</i>	28
<i>Saúde</i>	29
<i>As percepções da discriminação</i>	36
<i>Considerações finais</i>	41
Mulheres Romani (Ciganas)	45
<i>Imagens, representações e abordagens da mídia brasileira</i>	45
<i>Um povo à margem: quem são os rroma-Os assim chamados ciganos?</i>	47
<i>Rromi, Calin, cigana- As mulheres de etnia romani</i>	50
<i>Distintas abordagens: o que vira notícia, afinal?</i>	53
<i>Ajustando o olhar: Do silêncio ao reconhecimento</i>	57
As Autoras	61
<i>Olga Mariano</i>	61
<i>Elisa Costa</i>	61
<i>Jamilly Rodrigues Cunha</i>	62
<i>Márcia Vasconcelos</i>	62
Associação Maylê Sara Kali - AMSK Brasil	63

Mulher, Mulher cigana.

Alma minha gentil que te partiste.

Assim se partiu a alma do poeta como a alma da cigana se parte em duas metades, que ao querermos junta-las nunca mais lhe encontramos o todo. Assim se quebra, assim se fica para sempre (in)juntável na complexidade de um quebra-cabeças de mil peças.

Mulher cigana

Pois se é chama viva e quente é também luto negro plangente. Se é canto, é também lagrima do pranto do pai que outrora vivo e da mãe que tanto recorda.

Se foi onda do mar nos cabelos, é agora viúva da vida e das coisas. Perdida, achamo-la escondida no lenço negro que cai sobre as negras vestes, já sem ondas no cabelo.

Cigana

E se é belo o seu riso que já ninguém vê, para além da sombra fugidia do silêncio do quarto, onde está sempre só. **Danças houve em que dançou.**

Foi por pouco. Sim por pouco foi o tempo de menina. A menina dançou e cantou e parou e secou. Se aquietou sem nunca mais vibrar ao som de qualquer som, sem nunca mais balançar o corpo e o pé ao som provocador das notas do flamenco de aqui bem perto. Esta é a sua sina, que não corre noutras mãos: **vida longa, vida adiada minha senhora!** Vejo dança e contradança. Sim, aqui esfumou-se a linha, não leio, não temo, não sei, não posso, não digo... dança mulher, dança que é sempre tempo de dançar. É feliz a cigana, na sua tristeza profunda. Está apenas a cumprir-se na tristemente alegria do ser. Mesmo a pobre cigana herdou esta grande fortuna. Tarda em saber quando se irá cumprir sem somente tradição. É assim a cigana sol e lua, areia e mar, música e silêncio, dança e quietude, encarnado e preto, sensualidade casta. **Mulher apenas cigana. Cigana apenas mulher.**



Quando recebi o honroso convite para “escrever um prefácio”, de imediato senti o enorme peso da responsabilidade, não só porque a natural questão: Eu? Porquê eu? Olga Mariano, uma mulher cigana Portuguesa, que transporta ainda firme os valores da sua cultura étnica e do seu próprio país, por assim dizer. E após ter aquietado alguma dessa ansiedade inicial, ocorreu-me a esmagadora realidade de que iria ser lido, o meu tão pomposamente apelidado prefácio, por outras muitas Olgas, por uns quantos Marianos, e uns tantos poucos ciganos e ciganas, que por aí viajam, neste mundo realmente imperfeito, a abrir caminhos “muitas vezes com catanas”, como disse recentemente um jovem da minha comunidade. Espero pois estar à altura das expetativas criadas, em torno de uma cigana apenas mulher. Ou melhor, de uma Mulher, ponto.

Nós mulheres ciganas herdamos das nossas mães e avós, num testamento repetido e dinâmico, um castelo de missões, ao qual eu me vinculo. Para juntar ao desafio ancestral, despertei em mim o dever de, serenamente, levar a voz da minha comunidade – e das mulheres ciganas em particular – aos quatro ventos, para que alguém quem sabe no meu legado, a leve às quatro partidas do mundo.

Desde menina que tenho um sonho, com toda a humildade me inspiro num grande homem, que também tinha um sonho de contribuir para uma sociedade mais respeitadora da sua comunidade e dos seus direitos humanos. Sim Direitos! Falo neles

com toda a ênfase, porque tanto nos foram sonogados, na pura dignidade inerente ao ser e existir. E logo vem a palavra Deveres. – E os deveres?! Também têm deveres! É uma espécie de comércio de valores humanos em que o preço é pago de avanço. Querem dignidade? Custa X em pré pagamento.

E se conheço o que são deveres! Da palavra, do cuidar de velhos e crianças, do respeito, da lealdade e tantos outros. Estes são os nossos deveres de humanidade tão beliscados no mundo contemporâneo. Mas como poderemos desenvolver os deveres de que tantos nos falam, sem direitos de cidadania para os podermos edificar?

Estamos à procura do nosso lugar no planeta terra, homens e mulheres de etnia cigana em todas as suas especificidades e amplitudes. Não, não será uma terra prometida ou um país cigano. Na verdade, o que seria do mundo e de cada paisagem, sem o nosso canto e as nossas gentes?

Assim como as mulheres de todo mundo, as mulheres ciganas são um estímulo importante contra a adversidade do mundo moderno, numa era em que o apelo aos Direitos Humanos é diretamente proporcional ao seu atropelo.

Olga Mariano

Presidente da LETRAS NOMADAS

Ass. de Investigação e Dinamização do Povo Cigano



Pensando identidade e diferença: As mulheres ciganas e a reivindicação de direitos específicos

Jamilly Rodrigues da Cunha¹

RESUMO

O presente artigo é resultado de reflexões realizadas acerca do atual momento em que vivemos no Brasil, pois se a partir da Constituição Federal de 1988 temos alguns avanços no processo que ficou conhecido como de “redemocratização do país”, ao acionarmos os povos ciganos, apenas recentemente é que foram produzidas políticas públicas específicas para o grupo (maio de 2006). Por outro lado, no cotidiano das comunidades, mulheres ciganas denunciam a dificuldade em acessar tais direitos. Desse modo, iremos discutir identidade, diferença e o caso das mulheres ciganas nos processos de produção e acesso a políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE

Ciganas; Mulheres; Identidade; Diferença; Políticas Públicas.

Nas Ciências Sociais e no campo da Antropologia, podemos identificar temas e questões que vão acompanhando o desenvolvimento das pesquisas e discussões teóricas. O parentesco e a cosmologia foram sempre áreas de grande interesse, contudo, questões que envolvem os processos culturais e, mais recentemente, a temática da identidade vem se potencializando num campo de estudos cada vez mais expressivo.

Percebido com mais interesse a partir da segunda metade do século XX, o tema se desdobrou, dentre outras possibilidades, numa tentativa de rejeitar as teorias assimilacionista e deterministas que até então

prevaleciam. No entanto, nos parece que no senso comum a visão que se tem dos grupos, especialmente quando falamos de grupos culturalmente distintos como os ciganos, permanece, em sua maioria, pautada numa identidade essencializada. Pensados enquanto avessos a processos de desenvolvimento - aqueles que vivem independentes de processos sociais, econômicos e políticos - estes são emoldurados num quadro homogêneo que pouco revela sua realidade e necessidades.

O caso dos povos ciganos (uma das minorias étnicas mais discriminadas) nos ajuda a refletir sobre tais questões.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Mestre em Antropologia. Graduada em Ciências Sociais.
E-mail: jamillycunhaantropologia@gmail.com

Frequentemente associados a um “grupo racial”, prevalece sobre eles um discurso articulado em torno de características físicas e morais, quase sempre bastante depreciativas. Características que surgem nos discursos daqueles que se oferecem para falar² como imutáveis e transmitidas através do sangue. Portanto, podemos apontar que o sangue é um operador de identidades sociais que demarca diferenças, propiciando um processo de diferenciação identitária, um movimento que, como vemos, é interno e externo. Como afirma Albuquerque (2015), o sangue está estreitamente ligado a uma série de valores, e, enquanto elemento submerso numa lógica da hereditariedade, sinaliza demarcações hierárquicas entre aqueles de “sangue ruim” - no senso comum os ciganos - e os que não têm o sangue ruim - por isso, evitam a aproximação. Deste modo, nos discursos dos que se propuseram a falar durante nossa pesquisa, os ciganos surgem como aqueles de “raça ruim”, “raça nojenta” e “raça inferior”. Vale lembrar que como bem destacou Stuart Hall (2003:66) “raça não é uma categoria científica. Raça é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão [...]”.

Além disso, outro ponto que nos chama a atenção está na dificuldade em pensar tais grupos como ativos, capazes de incorporar novos elementos e, por

que não dizermos, transformar seu próprio sistema cultural. No esboço deste artigo, uma das questões a ser problematizada diz respeito justamente ao fato de que os ciganos, muitas vezes, são identificados a partir de uma identidade essencializada onde suas atuais formas de organização social não são percebidas. Nesse processo, aciona-se uma identidade estigmatizada, reconhecendo-se então como elementos culturais aqueles aspectos que não fazem parte do cotidiano dos indivíduos. Assim, problematizarei o conceito de identidade, atentando para a necessidade de se reconhecer a presença de variações internas e, principalmente, das intersecções existentes. Nosso objetivo é mostrar como uma análise que considera as intersecções pode favorecer a construção de uma descrição que, posteriormente, redunde na criação de políticas públicas em prol do grupo.

A inquietação surge, especialmente, a partir de conversas com operadores do direito e da dificuldade em acessar e contemplar os diversos “universos ciganos” existentes, bem como de minha experiência de trabalho de campo feita na comunidade cigana que vive em Sousa³, onde percebemos que a sedentarização do grupo na cidade, trouxe consigo modificações internas, que não são sentidas e percebidas pelos agentes externos que atuam no local.

² Batista et al (2012) ao falar sobre o imaginário que a população de Campina Grande, Patos e Sousa tem a respeito dos ciganos, aponta um discurso pautado em torno de características biológicas, quase sempre depreciativas, o que nos leva a crer que tais grupos são pensados enquanto raça.

³ Sousa é um município brasileiro localizado no interior do estado da Paraíba. Pertencente à Mesorregião do Sertão Paraibano e à Microrregião de Sousa. Localiza-se a oeste da capital do estado, distante desta cerca de 438 km. Fonte: Prefeitura Municipal de Sousa. Sousa é um município brasileiro localizado no interior do estado da Paraíba. Pertencente à Mesorregião do Sertão Paraibano e à Microrregião de Sousa. Localiza-se a oeste da capital do estado, distante desta cerca de 438 km. Fonte: Prefeitura Municipal de Sousa.

Cultura, identidade e diferença

Dito isto, se faz necessário discutir o conceito de identidade e como este foi pensado na antropologia. Proponho que estamos diante de grupos dinâmicos, por isso, devemos compreendê-los através de relações de poder e perpassados por diversos processos internos. Tal procedimento nos ajudará a produzir uma análise mais fidedigna e que contemple todas as instancias que um grupo social ou étnico pode ter.

Nesta acepção, o tema “identidade” vem sendo frequentemente abordado na antropologia, sobretudo porque, com o reconhecimento da permanência⁴ e emergência de sociedades “multiculturais”⁵, foi possível compreender novos fenômenos e desbancar velhas teorias. E agora, a antropologia contemporânea como àquela que é feita por Hall (2003) tenta explicar o fenômeno das identidades e sua perpetuação mesmo diante de projetos nacionalistas globalizantes. Desse modo, as definições pautadas na ideia de grupos autênticos, cristalinos e imutáveis deram lugar à análise que foca nas diferenças e na construção da identidade ao longo do tempo (WOODWARD, 2011:12).

Frederick Barth (1969) indica que cada etnia no seu sistema de relações demarca os traços diacríticos mais contrastantes ou relevantes⁶. Logo, pensando a identidade como um modo de categorização, devemos ter em mente que ela é consequência, principalmente, das interações entre grupos sociais e dos processos de diferenciação que os indivíduos utilizam nas relações sociais cotidianas.



⁴ Nos Estados Unidos da América, por exemplo, houve a ideia de que os imigrantes, através do contato com a sociedade envolvente, acabariam por incorporar seus principais elementos passando a ser americanos. No entanto, com o passar dos anos, não foi o que se viu. Contrariamente, foi no confronto com o outro que esses grupos tornaram-se mais fortes (POUTIGNAT e STREIFF-FENART, 1988:79).

⁵ “As sociedades multiculturais não são algo novo. Resultantes da expansão europeia (a partir do século XV) - e com crescente intensidade desde então - a migração e os deslocamentos dos povos têm constituído mais a regra que a exceção, produzindo sociedades étnicas ou culturalmente “mistas” (HALL, 2003:52).

⁶ Ver Manuela Carneiro da Cunha (1986).

É importante destacar que estes traços são reconhecidos, ou seja, ao demarcar uma identidade coletiva há um conjunto de elementos que operam como marcas culturais, entretanto, seu significado não possui origem nem destino final, não pode ser fixado, está sempre em processo e “posicionado”. “Seu valor político não pode ser essencializado, apenas determinado em termos relacionais” (HALL, 2003:58).

Sabe-se também que no senso comum existe um processo de racialização⁷, ou seja, aspectos biológicos que são associados a certos “povos” e passam a ser utilizados para sua identificação. Não necessariamente estes elementos correspondem àqueles que são acionados nas fronteiras étnicas, porém, percebe-se que o reconhecimento de uma identidade, estaria totalmente ligado a uma história comum ou ao próprio nascimento e os indivíduos, por sua vez, são pensados como portadores de um conjunto de características que também são compartilhadas por todos, formando um quadro homogêneo. No entanto, vários grupos vêm tomando posições, onde seus membros passaram a reivindicar o direito de assumir ou construir suas identidades e, mais do que isso, demandar políticas específicas. Então, podemos dizer que a identidade é sentida de modo distinto, cujo sentimento de pertencimento, a atuação e a posição dos indivíduos são sempre dinâmicas, podendo, dependendo do contexto que se vive, sofrer modificações.

Vidas reais são forjadas a partir de articulações complexas dessas dimensões. É agora axiomático na teoria e prática feministas que “mulher” não é uma categoria unitária. Mas isso não significa que a própria categoria careça de sentido. O signo “mulher” tem sua própria especificidade constituída dentro e através ‘de configurações historicamente específicas de relações de gênero. Seu fluxo semiótico assume significados específicos em discursos de diferentes “feminilidades” onde vem a simbolizar trajetórias, circunstâncias materiais e experiências culturais históricas particulares (BRAH, op. Cit. P.04)

Compreende-se, assim, que presentes nas identidades coletivas estão às identidades individuais e suas particularidades. É justamente o conjunto dessas individualidades, quando minimizadas, que formam uma coletividade. A “diferença”, então, é uma questão central, não corresponde apenas à distinção entre grupos. Ela diz respeito também aos processos de diferenciação interna, já que no interior das identidades coletivas existem posições distintas e diversas trajetórias. Contido aí está um dos problemas de pensar indivíduos através de grupos, ponderando que em muitos casos podem existir “categorias grandes demais para tratar de necessidades tão específicas” (SCOTT, 2005:13). Ainda sobre este tema, Avtar Brah (2006), propõe a necessidade de se reconhecer justamente a diferença dentro de uma identidade política. Para tal, inicialmente, a autora trabalha com a categoria “negro” analisando como a mesma se transformou numa mobilização política ou, mais precisamente, numa cor política que engloba grupos específicos em uma categoria mais ampla. Assim, por exemplo, é com a categoria “mulher”. Nosso gênero é constituído e representado de modo distinto segundo nossa localização dentro de relações globais de poder. “Dentro das estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como “mulheres da classe trabalhadora”, “mulheres camponesas”, “mulheres imigrantes” (idem. p.14)” e aqui poderíamos acrescentar “mulheres ciganas”. Portanto, como descrição, está referida a uma condição social específica.

Como consequência, com o tempo, as mulheres passaram a perceber que os direitos dos “indivíduos” contemplavam apenas os homens. Ou ainda, dentro das discussões feministas, as mulheres negras também passaram a questionar e demandar ações que incorporassem a questão racial⁸. No caso de alguns grupos étnicos, e os ciganos nesse trabalho surgem como um ponto maior de reflexão, mulheres que até então assumiam uma posição de subalternidade

dentro da lógica social cigana, passam a demandar melhores condições de vida enquanto mulheres, esposas, filhas e mães, compreendendo que ao se negociar com o Estado através dos direitos dos “povos ciganos”, muitas de suas demandas não estão sendo levadas em conta e, por isso, se faz necessário a criação de políticas específicas que abarquem suas trajetórias e posições dentro da organização social de seu grupo, como veremos mais à frente.

Desde as revoluções democráticas do século XVIII, a igualdade no Ocidente tem geralmente se referido a direitos – direitos que eram considerados possessão universal dos indivíduos não obstante suas diferentes características sociais. De fato, a noção abstrata de indivíduo não era tão universalmente inclusiva como parecia. Acreditava-se que o indivíduo possuía, na descrição de Stephen Lukes, “um conjunto específico e fixo de características e tendências psicológicas” e isso funcionava para excluir aqueles que não se adequavam a este modelo (SCOTT, 2005:16)



⁷ *Independente das vezes que o conceito é exposto como vazio, a “raça” ainda atua como um marcador aparentemente inerradicável de diferença racial (BRAH, 2006:331).*

⁸ *Nos EUA, segundo Stolcke (2004), nos anos de 1970, as feministas negras passaram a denunciar a opressão racial que as mulheres negras passavam, em contraste com as mulheres brancas.*

Mulheres Ciganas

Há relatos de que vivem atualmente espalhados no Brasil mais de 500 mil ciganos⁹. Alguns autores¹⁰, através de trabalhos etnográficos, acabam por revelar cenários distintos com relação à demarcação de suas identidades étnicas (rom, calon e sinti). São diversas realidades onde existem grupos nômades ou fixados, ciganos que estão inseridos numa organização social “juron¹¹”, ou ainda, aqueles que querem e procuram viver de forma “isolada”. Na cidade de Sousa, divididos em dois espaços físicos denominados de “ranchos”, vivem aproximadamente três mil ciganos¹². A comunidade¹³, como qualquer outra que se decida observar, é subdividida por inúmeras estratificações¹⁴. No entanto, no escopo desse trabalho, me detive, sobretudo, em direcionar um olhar para as mulheres ciganas, analisando como elas são percebidas para além do espaço em que vivem.

Estamos partindo da hipótese de que, apesar de ser um grupo bastante estigmatizado, onde questões com o raça e etnia são elementos importantes no cotidiano destes indivíduos, gerando um forte cenário de desigualdade, ainda assim, temos os que são mais discriminados, desse modo, ciganas vivenciam as dificuldades enfrentadas por qualquer uma de nós mulheres, historicamente identificadas e tratadas erroneamente como “sexo inferior”, bem como o estigma de ser uma “mulher cigana”.

Pois, o que se percebe que muito comumente é que, a elas são associados aspectos extremamente negativos e depreciativos. Como veremos nos diálogos a seguir, realizados com moradores da cidade Sousa-PB:

⁹ As estimativas variam entre 500 e 800 mil ciganos residentes no Brasil (VASCONCELOS E COSTA, 2015)

¹⁰ Ver Ferrari (2011) Mello (2009) entre outros.

¹¹ É como os ciganos que vivem em Sousa identificam os “não ciganos”.

¹² Dado não oficial, fornecido pelos próprios ciganos.

¹³ Aliás, como bem nos indicou Hall, pensar grupos que vivem no Brasil, por exemplo, na forma de uma comunidade, pode ser algo bastante arriscado. “Esse modelo é uma idealização dos relacionamentos pessoais dos povoados pensados numa mesma classe, significando grupos homogêneos que possuem fortes laços internos de união e fronteiras bem esclarecidas que os separam do mundo exterior”. E como sabemos, existem na verdade grupos específicos, com relações e trajetórias distintas.

¹⁴ Bertonecelo (2009) apresenta uma discussão sobre estratificação social realizada nos EUA. Sobre esta, o autor, através de Parsons, afirma que a estratificação da sociedade moderna é percebida através de um sistema de papéis sociais funcionalmente distintos e hierarquizados, diante de um quadro de relevância do funcionamento do sistema social.

Pesquisadora: *Conhece alguma cigana aqui na cidade?*

Entrevistada 1¹⁵: *Sim. Aqui tem muitas ciganas. Você nunca viu? Se tiver duas perto de você, uma está na frente e a outra te roubando por trás. Elas já nascem com essa péssima qualidade.*

Pesquisadora: *Como saber a diferença entre uma cigana e uma não cigana aqui na cidade?*

Entrevistada 2: *Fácil. Nem precisa abrir a boca. São sujas e brabas. Elas não têm medo de nada. Mexe com feitiçaria, bruxaria. Todos têm medo. Tem também muitas prostitutas. Você sabe? Elas enfeitiçam os homens.*

Pesquisadora: *Você conhece alguma cigana?*

Entrevistada 3: *Conhecer mesmo não. Mas uma amiga me contou que uma cigana pediu para ler a mão dela e quando ela viu já estava sem aliança.*

¹⁵ Não divulgarei os nomes, pois não tenho autorização. Mas ao todo fiz 40 entrevistas com moradores da cidade de Sousa.

Como vemos, existe uma questão ligada à moral e que para os ‘não ciganos’ é transmitida biologicamente. No senso comum, mulheres ciganas são associadas a um imaginário que nos remete, por exemplo, a figura da cigana Carmem¹⁶, personagem que utilizava seus talentos de dança e canto para enfeitar os homens. Ou ainda, à figura que nos foi apresentada na infância como capaz de roubar crianças indefesas. Afinal, quem nunca ouviu a história da “velha cigana” que ao passar pelas cidades rouba as crianças de seus pais?

Não diferente de outros contextos, diante da comunidade cigana que vive em Sousa, existem vários problemas ligados a performance desempenhada pelas mulheres ciganas e as noções de sujeira e imoralidade são frequentemente utilizadas nos discursos. Tais características, que são apontadas pela população como genéticas, ou seja, naturais ao corpo cigano, são utilizadas como meio para justificar as distinções sociais e culturais.

Temos um ponto aqui que se torna ainda mais crítico quando tal cenário inclui o acesso a direitos e, no caso de Sousa, vem se tornando cada vez mais comum. Compreende-se que o mundo cigano é mediado pelo poder masculino e acessar o universo feminino, por exemplo, se constitui numa das etapas mais difíceis da pesquisa (CUNHA, 2015). Tudo isso porque há na organização social dos ciganos, uma forte “hierarquia de gênero¹⁷”. No grupo, as mulheres atuam mediante as decisões e imposições de seus pais, irmãos e maridos. Acessam espaços sob o olhar masculino, falam mediante permissão e são desde pequenas orientadas e ensinadas quanto ao seu comportamento¹⁸. Aliás, este quadro nos remete a um passado, não muito distante, cujas relações de gênero foram fortemente marcadas pela subordinação das mulheres e a dominação masculina era vista como

algo realmente intrínseco a sua condição feminina.

Analisar tais relações se torna então uma etapa importante na compreensão da identidade cigana, uma vez que, como bem nos mostrou Verena Stolke (2012), a história da mulher foi construída como se esta fosse o “segundo sexo”. Esta hierarquia de gênero, segundo a autora, nada mais é do que uma invenção patriarcal para legitimar a autoridade masculina. “El hombre era la medida de todas las cosas pues la humanidad es masculina y el hombre define a la mujer no en si misma sino en relación al hombre... Él es el sujeto, él es lo absoluto – ella es la otra (2012:864)”. Sem dúvida, o cenário brevemente demonstrado de nossa pesquisa, acaba por trazer implicações no reconhecimento dessas mulheres enquanto participantes ativas do grupo e possíveis construtoras da pauta reivindicatória dos ciganos. Aliás, nas negociações identitárias quem apresenta as demandas são os homens, ou, mais precisamente, as lideranças ciganas e ao que tudo indica as necessidades das mulheres não são facilmente exteriorizadas e negociadas nos atuais processos políticos vivenciados.

No entanto, já é possível reconhecer, mesmo que de forma tímida, algumas mudanças e, atualmente, mulheres estão aos poucos rompendo com a lógica de dominação que ainda predomina e define o sistema de relações entre gêneros no universo cigano, emergindo e passando a ocupar posições de autoridade no interior dos grupos. Ao que parece, passaram a se organizar para a reivindicação de seus direitos e, nos dias de hoje, muitas mulheres são reconhecidas nacionalmente como “lideranças ciganas” que lutam por seu povo e concomitantemente buscam incluir em sua pauta reivindicatória temas e ações que visem o empoderamento de outras ciganas. É evidente que diante desses processos enfrentam muitos desafios.

16 Carmem é uma ópera em quatro atos do compositor francês Georges Bizet, com libreto de Henri Meilhac e Ludovic Halévy, baseada na novela homônima de Prosper Mérimée. Estreou em 1875, no Ópera-Comique de Paris. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Carmen>

17 Rubin (1993:02) aponta que “a análise das causas da opressão das mulheres está na base de qualquer determinação do que precisamente teria que ser modificado para se alcançar uma sociedade sem hierarquia de gênero”.

18 Ver Ferrari (2011) a autoria através de uma análise da performance cigana vai analisar o comportamento das mulheres e como estas são ensinadas cotidianamente a serem boas esposas e mães.

São questionadas pela comunidade e, muitas vezes, julgadas de modo negativo pelo grupo, sobretudo, porque ainda existe uma consciência coletiva que não admite a ascensão da mulher na hierarquia social interna. Posições de liderança tradicionalmente foram ocupadas por homens e a autoridade feminina tradicionalmente esteve restrita a criação e educação dos filhos e filhas e na organização do lar.

No contexto de Sousa, se temos avanços, pois já se percebe a atuação de algumas jovens ciganas que alfabetizadas passam a assumir nos processos de negociação identitária novas posições em suas comunidades, existe também o descaso e a dificuldade de acesso a direitos básicos de qualquer cidadão. Em conversas com algumas delas, nos foram reveladas questões importantes e que merecem ser avaliadas pelo poder público. Encontramos casos de ciganas que tentam, sem nenhum sucesso, ter acesso a serviços de saúde. Precisamente são mulheres que não conseguem fazer acompanhamento pré-natal, por não portarem documentos de identificação. Há casos de outras ciganas que, no momento do parto, são orientadas a terem seus filhos e filhas em casa, sem qualquer

apoio de um profissional. Ou ainda, mulheres que ao solicitarem o serviço de uma profissional do sexo feminino, são ignoradas e encorajadas a desistir do atendimento.

Nesse contexto, voltamos então a dois pontos que inicialmente aqui foram discutidos. O primeiro, diz respeito ao próprio preconceito, onde grupos são associados a um período histórico que não corresponde ao atual e são instigados a viver nos moldes de um ‘tempo’ não mais vivenciado e desejado. Isso reflete o processo de homogeneização e essencialização da identidade cigana. Outra questão diz respeito à dificuldade do próprio Estado no acionamento e reconhecimento dos grupos. Ou seja, nos processos de elaboração das políticas públicas deve-se levar em conta não apenas o dinamismo da identidade cigana, mas, especialmente, as suas estratificações. Só assim serão conhecidas e atendidas demandas específicas: acesso a hospitais sem a necessidade de documentação, realização de pré-natal, acesso à educação, problemas inerentes ao processo educacional de crianças ciganas, entre outras tantas questões que devem entrar na pauta de reivindicação desses grupos.



À guisa de uma conclusão



Nas últimas décadas, especialmente, com a promulgação do Constituição Federal de 1988, no Brasil, criou-se um cenário intenso de produção de políticas públicas. No entanto, tais ações, criadas, sobretudo, através de conceitos essencialistas e homogêneos, acabam por não contemplar as verdadeiras necessidades dos grupos. Portanto, devemos ter em mente que uma análise da identidade em que se considerem as intersecções é fundamental no processo de reconhecimento das identidades étnicas. Tal passo é elementar para avançarmos na discussão da política de identidade e evitar os essencialismos.

Ademais, como vimos, estes grupos não ficaram alheios a processo de mudança e incorporação de novos elementos culturais, apesar de viverem, pelo menos em sua maioria, em situações de grande pressão social para que se assimilassem à sociedade abrangente. Logo, ciganos e ciganas de Sousa, bem como, os que vivem em outros contextos sociais, devem ser pensados em situações processuais, ressignificando ou incorporando aspectos legitimados

pela sociedade em geral, sem que com isso possamos decretar o desaparecimento dos mesmos enquanto grupos que são vistos e se veem como culturalmente distintos.

Atender politicamente uma diversidade de povos com suas demandas é certamente um grande desafio para o Estado. No entanto, nossa análise revela que um caminho é não recorrer aos conceitos prontos e dados que estão espalhados por toda parte. Ouvir atentamente como e através de que elementos os povos ciganos que vivem no Brasil querem ser reconhecidos, quais são suas demandas e se elas atendem a todo o grupo é uma medida responsável e que deve ser realizada pelos operadores e operadoras do direito e por gestoras e gestores públicos. Aliás, em um mundo em que a opressão das mulheres nos sistemas sociais foi vista como uma prática legítima, onde “mulheres são transacionadas como escravas, servas e prostitutas, mas também simplesmente como mulheres [...]” (RUBIM, 1993:10) é preciso ter um olhar sempre atento e direcionado. Avante!

Referências Bibliográficas

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT & STERIFF- FENART. Teorias da Etnicidade. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Trad. De Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1988.

BARTH, Fredrik. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. (201-229)

BATISTA, Mércia Rejane Rangel. CUNHA, Jamilly Rodrigues da. DONATO, Izabelle Brás. DANTAS, Caroline Leal. MEDEIROS, Jéssica Cunha de. O papel de um jornal paraibano na construção da imagem dos ciganos. Trabalho apresentado na 28ª Reunião Brasileira de Antropologia. 2012.

BRAH, Avtar. “Diferença, diversidade, diferenciação”. Cadernos Pagu [online]. 2006, n.26, pp. 329-376

BERTONCELO, Edison Ricardo Emiliano. “As Classes na Teoria Sociológica Contemporânea”. BIB, São Paulo, nº 67, 1º semestre de 2009, pp. 25-49.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Antropologia do Brasil: Mito, Historiografia, Etnicidade. São Paulo: Editora Brasiliense/Edusp, 1ª Edição, 1986.

CUNHA, Jamilly Rodrigues. “Olha o nosso centro. Aqui somos todos ciganos”: onstruções identitárias e dinâmicas políticas entre os calon de Sousa-PB. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE, 2015.

CUCHE, Danys. Noção de Cultura nas Ciências. Editoria Edusc, 2ed, 2002.

FERRARI, Florencia. O mundo Passa: Uma etnografia dos Calon e suas relações com os brasileiros. São Paulo, 2010. Tese (Doutoramento em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo.

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte, Editora UFMG; Brasília, Representações da UNESCO no Brasil, 2003. pp. 51-100.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo. Recife: SOS Corpo, 1993.

SCOTT, Joan W. “O enigma da igualdade”. Revista Estudos Feministas. Abr 2005, vol.13, no.1, p.11-30.

STOLCKE, Verena. “O enigma das intersecções: classe, ‘raça’, sexo, sexualidade: a formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX”. Revista Estudos Feministas., Abr 2006, vol.14, no.1, p.15-42.

STOLCKE, Verena. “La mujer es puro cuento: la cultura del género”. Revista Estudos Feministas. 2004, vol. 12, no. 2 pp. 77-105.

VASCONCELOS, Marcia. COSTA, Elisa. 24 de maio, Dia Nacional do Cigano: Data da celebração e luta dos direitos dos Povos Romani (Ciganos). AMSK/Brasil: Brasília-DF, 2015.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In SILVA, Tomas Tadeu. Identidade e diferença A perspectiva dos Estudos culturais. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.



ROMNIA

Pesquisa situacional sobre as mulheres de Etnia Romani ("ciganas") no contexto Brasil

Elisa Costa¹

RESUMO

A quem pertence a identidade das mulheres de etnia romani (ciganas)? A elas, ao coletivo familiar a que pertencem, ao Estado, aos olhares da sociedade? A quem poderia pertencer essa identidade senão a elas mesmas, a cada uma delas e a cada uma de nós. Os caminhos que a vida faz, em um país de muitos contextos étnicos/raciais, muitos desencontros históricos e a marca inequívoca do racismo. Precisamos achar as respostas, precisamos percorrer o **lungo drom** – longo caminho.

PALAVRAS-CHAVE

Mulher Cigana; Mulher de Etnia Romani; Mulheres Invisíveis; Políticas Públicas; Racismo; Direitos da Mulher.

Mulheres, antes meninas, hoje cidadãs do mundo. Cidadãs que desconhecem quase que por completo seus próprios obstáculos. É preciso furar o bloqueio, não o cultural, mas o fantasioso, aquele que deixa ainda mais obscuro o presente e o futuro. A realidade de acampamentos, barracas, casas, ranchos, vilas, bairros ou mesmo casas isoladas que ferem frontalmente o estereótipo e o imaginário nacional e norteiam o ataque diário a sua forma de ser, estar e viver. Mulheres que acumulam todas as identidades coletivas femininas existentes na sociedade atual e ainda precisam lutar contra a caracterização forçada

de suas próprias identidades. Acredito que dentro de três vertentes de enfrentamento ou de conformismo de sua própria identidade e realidade, podemos começar a dar visibilidade a essa trajetória, que sofre diretamente a condição de pessoal e coletiva, dentro da mesma perspectiva.

Vencer a própria barreira da ignorância relativa a sua condição de mulher brasileira de etnia Romani (as assim chamadas ciganas), conhecer sua própria história e se apropriar disso, é uma das principais barreiras a ser quebrada.

¹ Mestranda e Doutoranda em Filosofia Social; Formada em Ciências da Saúde Natural Bachelor of Science in Natural Health Science – Given at Spain E.U, at United States Of América. BIU. Especialista em Fitoterapia pela Universidad de Leon; Homeopata NM e Terapeuta Acupunturista. Fundadora e Presidenta da Associação Internacional Maylê Sara Kalí (AMSK/Brasil).

Nela podemos identificar o uso da ignorância como fator de manobra política, e ao mesmo tempo, o uso pessoal e coletivo dessa mulher, como forma de sobrevivência – o que, por muitas vezes, produz o que chamamos de manutenção da pobreza.

Do lado dessa mulher que se utiliza do pensamento coletivo para sua sobrevivência diária e que, ao mesmo tempo, é usada por uma sociedade sexista e racista, nos deparamos com um crescente número de mulheres que tentam construir uma vida onde seu pertencimento se estabeleça das portas de suas casas para dentro, como método de sobrevivência e alcance de um futuro possível. A isso chamamos de “ocultação do pertencimento étnico”, e, finalmente,

chegamos àquelas mulheres que lutam dentro do seu cotidiano, tentando apenas vencer suas próprias limitações entre a escola, a faculdade, o trabalho e as tradições. Se estabelecem de forma corajosa, em um mundo onde é preciso validar o presente todos os dias a fim de construir uma identidade que estabeleça o elo entre ser uma mulher, ser romi, brasileira de etnia Romani (as assim chamadas ciganas) e simplesmente viver de acordo com o que acredita.

Com calma e paciência. Coletar dados em forma de rodas de conversa, observando os conceitos de preservação da identidade coletiva e pessoal. De dentro para fora, *eck luma may* - um mundo melhor. A inexistência de dados específicos sobre essas

O ano: 1549. O documento: carta do Padre Manuel da Nóbrega à Companhia de Jesus. Nela, o jesuíta envia informações desta terra – o Brasil – com mil léguas de costa, toda povoada de gente que andava desnuda. Já nestes tempos, em partes distantes desta terra, são dadas notícias de mulheres que andavam vestidas em trajés de Ciganas, com panos de algodão. (AMSK, 2014)

Data de 1562 o primeiro registro oficial da chegada de ciganos no Brasil. O documento faz referência ao Sr. João Giciano, homem romani, natural do “Reino da Grécia”, que desembarcou no Brasil com sua esposa e 14 filhos.

(AMSK, 2014)

mulheres fez com que, nos últimos anos, acompanhássemos casos específicos, independentemente de sua condição financeira, vitsa (família), formação, ou grupo e subgrupo étnico. Ou seja, são romis, calins, descendentes, sinte, tacheira, esposas e meninas adotadas por famílias ciganas desde o seu nascimento, além de mulheres que abandonaram suas vidas e se casaram com homens ciganos, recebendo a tarefa de aprender cotidianamente e prosseguir com a cultura, além de toda uma dinâmica própria de vida que não se esquece do dia para a noite e vai muito além dos sonhos e fantasias. São mulheres, aceitas nas comunidades onde vivem. Todas protagonistas dessa história. O que falta de pesquisa séria, de dados investigativos e de material qualificado, sobra

de folclore. Alguns poucos pesquisadores sérios não ousam entrar no mérito da questão tão profundamente, e isso se dá principalmente pela espessa névoa que cobre não só a realidade de mulheres que vivem sobre um recorte étnico racial específico, ou porque colocar tantas especificidades dentro de um só balaio, é bem mais fácil.

A mística de frases e colocações preconceituosas sobre as mulheres ciganas, aumentam proporcionalmente a ignorância social sobre o assunto, o que, muito corriqueiramente, nos leva ao desânimo. As Esmeraldas e as Carmens, que estão no imaginário televisivo e histórico, ou mesmo a onda Hippe da década de 1970, ainda ganham a versão verídica,

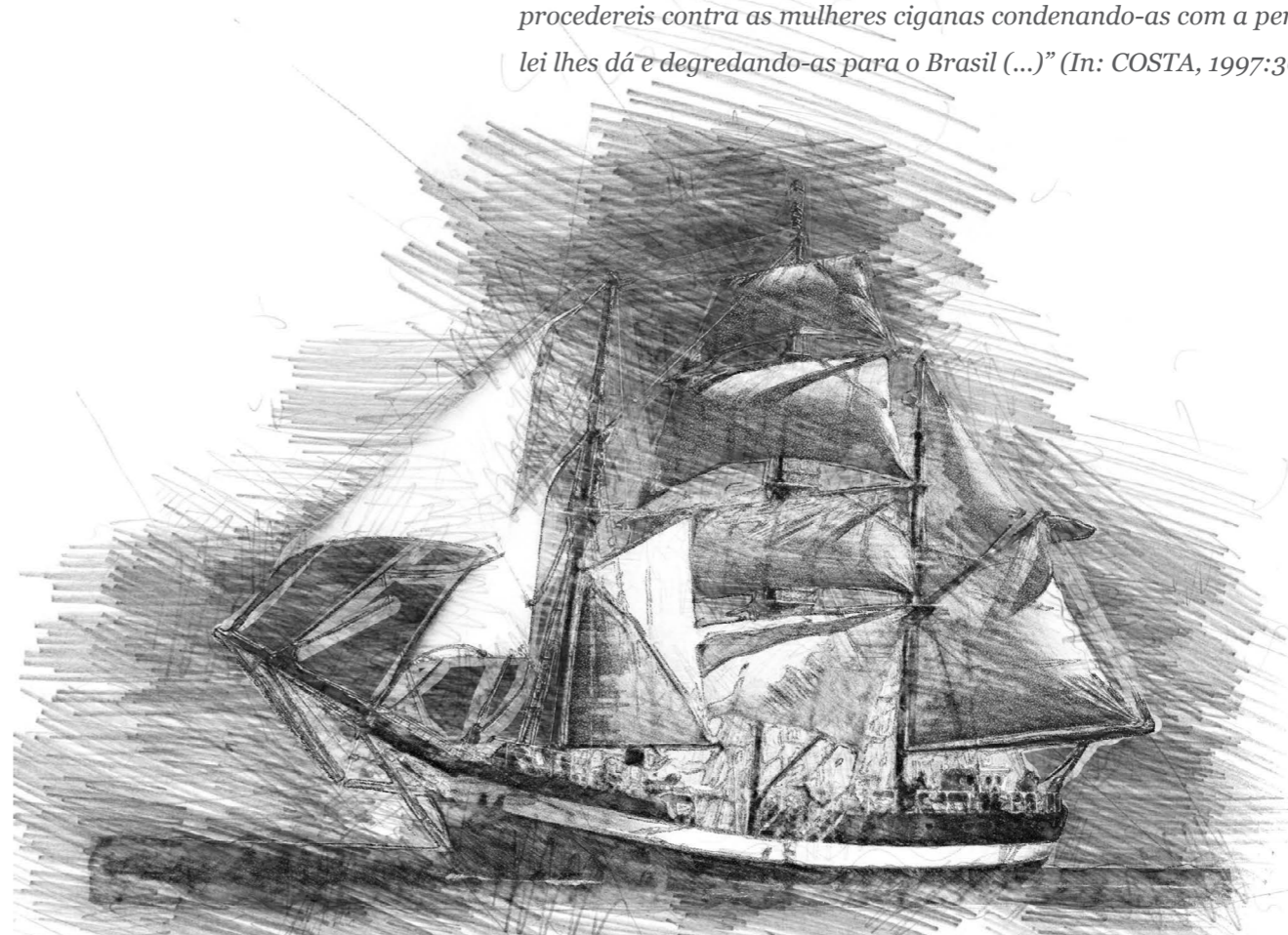
oficial e realística de como são as ciganas ao redor do mundo. O advento da internet, com falsos rituais e um estilo de vida bastante agressivo também tem seu preço, e é bem alto. A constante condenação midiática e popular está sempre na esfera de ser cigana, sedutora, romântica e protagonista de uma realidade desconhecida. Em terras brasileiras, segundo os

estudos da pesquisadora portuguesa Elisa Costa (1997), a perseguição e condeção das mulheres ciganas remonta à época da colônia. A lei de 28 de Agosto de 1592, além de impor a pena de morte aos ciganos que infringissem as medidas integradoras nela contidas, ou, em alternativa, não abandonassem o país em um período máximo de quatro meses, estipulava que:

(...) as mulheres dos ciganos que estiverem presos nas galés que estão no porto desta cidade [Lisboa], ou em qualquer outro deste Reino em que estiverem, se sairão dele dentro dos ditos quatro meses, ou se avizinharem no Reino pela maneira acima declarada, deixando o dito hábito e língua dos ciganos: e não o fazendo assim serão publicamente açoitadas com barço e pregão, e degredadas para sempre para o Brasil (...) (In: COSTA, 1997:30-31)

Esta lei, muito provavelmente teve sua inspiração em um alvará emitido pouco mais de um mês antes, em 2 de Julho de 1592, no qual se determina que, após prender todos os homens ciganos...

“(...) os degradareis para as galés que tenho dado ordem se façam no Brasil, e os enviareis presos, a bom recato à cadeia da Corte desta cidade de Lisboa para serem embarcados para ele nos primeiros navios que houverem de ir e pela dita maneira procedereis contra as mulheres ciganas condenando-as com a pena de açoites que a lei lhes dá e degredando-as para o Brasil (...)” (In: COSTA, 1997:30).



Se não bastasse a história nunca contada no Brasil, teríamos os traumas e as convicções de sobrevivência que viriam com muitas mulheres ciganas vindas da Argentina, Chile, Perú ou mesmo Bolívia e Cuba. Formaram um coro, ressoando silenciosamente a perseguição e a repetição do sofrimento dessa longa caminhada. Passando pelos receios, se misturando na fisionomia, adentrando nas terras brasileiras, com medo, esperança, desconfiança, fome e muita força de trabalho. As levas que chegaram de uma Europa que matava suas mulheres e crianças, famílias inteiras que já haviam se estabelecido em diferentes países. Essa foi a era sombria do *Porrajmos* – a grande devoração ou *samudaripen* – denominação dada pelos ciganos ao período de perseruição ocorrido durante os regimes nazista e fascista na Europa no período da Segunda Guerra Mundial. O medo de muitas famílias de mostrarem seu rosto, se engajarem nas causas sociais e se autodeclararem publicamente seu pertencimento

étnico, vem daí. Vem das histórias contadas, passadas geração em geração. Vem do Holocausto.

São santas eleitas do dia para noite, são suposições e afirmações dos não ciganos sobre a verdade absoluta dessas mulheres. Verdade essa que não se encaixa no cotidiano dessas bravas guerreiras, ou, muitas vezes, meras espectadoras de seu próprio destino. São afirmações que indicam conhecimento absoluto, preconceituoso e discriminatório, exposto sobre muitas gerações de mulheres ciganas, com um forte traço que resiste no Brasil. Não é de agora e tão pouco só de antigamente.

Essa discussão vem avançando de forma contextualizada em muitos países, onde as mulheres ciganas se sentam para conversar e referendar a partir de si mesmas a realidade vivida, muito além da compreensão de governos e da sociedade na qual se inserem.

“Todas as mulheres da minha família foram autuadas no Brasil, por estelionato. Precisávamos viver.”

Afirmação de Mio Vacite

Liderança cigana Rrom-Rorarrané do Rio de Janeiro-RJ.



Da onde vem? Vem daqui.

Para onde vai? Ainda se segue, e no mundo todo.



*Son mujeres **invisibles**
que han luchado contra los
prejuicios negativos.*

*El objetivo es lograr una
mayor difusión de esta
realidad para avanzar en
el acercamiento hacia la
comunidad gitana.*

Documentário “Romnia” – Mujeres Gitanas de Huesca
Disponível em: <http://blog.educalab.es/cniie/2013/12/16/romnia-mujeres-gitanas-de-huesca/#sthash.btwRVuqw.dpuf>

Pesquisa situacional e referenciada sobre as mulheres de etnia romani (ciganas) no Brasil: **Elas por elas mesmas**

O objetivo dessa pesquisa que ainda está em curso é apresentar o rosto da mulher romani (cigana) no Brasil, no seu esplendor, na sua luta, na sua verdade e na sua dor. São mulheres que nascem com destino traçado, o destino da invisibilidade que carrega o preconceito e a marginalização. Seus rostos, suas mãos, seus costumes e sua vida. Um povo que precisa deixar a esfera do invisível, mulheres que precisam existir como pessoa e indivíduo.

Para que esse trabalho avance, precisamos eliminar alguns mitos e desvendar certas inquietações. Pensando assim, e a partir de um grupo fixo de mulheres (primas e irmãs) abrimos algumas considerações.

Enfrentamos juntas o medo do desconhecido, o alívio de descobertas encantadoras e a angústia de muitas constatações.

Alguns pontos dão o tom atual dos desencontros: um na área da Saúde, e outro na Educação. Nos dois campos, onde a Associação Internacional Maylê Sara Kalí (AMSK/Brasil) se desdobra em escutas, trabalhos e pesquisas, podemos identificar dois braços de alimentação do estereótipo pelos não ciganos, e as traduções equivocadas e generalizadas que tanto contribuem para pesquisas vazias (que reproduzem apenas a pobreza) e uma estagnação das ações de promoção das políticas públicas do Estado brasileiro.

Educação

Não se disvincula da residência

1. Famílias com residência fixa

Dependendo das tradições e costumes que a família mantém, podemos encontrar diferentes configurações:

I - Às meninas é permitido frequentar a escola e cursar até o 4^a ano do ensino fundamental somente. Os meninos têm permissão para estudar até o nível que quiserem, desde que não atrapalhe suas atividades como comerciantes.

II - Às meninas e aos meninos não é permitido irem à escola. Os pais preferem aulas particulares de alfabetização em sua própria residência.

III - Os pais, seguindo suas tradições familiares, não permitem que sua filha tenha estudo, e seu filho estuda até o 9^o ano do ensino fundamental.

IV - Há famílias que incentivam seus filhos e filhas a estudar até o nível superior, entretanto, os pais orientam para que neguem seu pertencimento étnico pelo medo do preconceito e da discriminação.

V - Existem famílias que lutam para que a história de

seu povo seja contada de forma justa e enfrentam todo o tipo de dificuldade para que sua cultura não morra.

2. Relatos de jovens ciganos e ciganas inseridos nas escolas

I - Situações de Bullying - comportamento agressivo entre estudantes - nas escolas quando os demais alunos e alunas descobrem o seu pertencimento étnico.

II - Os jovens ciganos usam do próprio estereótipo para se defenderem e intimidarem os agressores.

III - Os professores e professoras não adotam atitudes voltadas à promoção da inclusão dos alunos e alunas ciganos e de estabelecimento de um ambiente escolar igualitário. Isso poderia ser feito com a utilização de dinâmicas pedagógicas que promovessem o entendimento sobre a diversidade dos povos, sobre o racismo e sobre a importância da não discriminação.

IV - O desestímulo de ir a escola promovido pelo medo e sofrimento da discriminação.



Saúde

Está diretamente ligado a moradia e a educação.

Nessa roda viva, muito da chamada “medicina cigana” se perdeu, e talvez, jamais tenha sido referenciada com essa nomeação. O certo é que em anos passados, as mulheres conseguiam, por obrigação e por falta de conhecimentos outros e oportunidades, achar

brechas no dia a dia e avançar na prática da “medicina tradicional familiar”. Fato hoje perdido em lendas e contos, em conversas com as mulheres mais velhas podemos encontrar histórias reais.

“Em meados de 1970, eles acamparam no terreno ao lado da nossa casa. Lá, a luz e a água não faltavam. Uma cigana estava para dar à luz, me chamaram, fiz o parto e dei a sopa, mas logo veio a polícia, 3 a 4 dias depois. Tiveram de correr e levantar acampamento às pressas. Sempre assim. Ela precisava descansar e manter resguardo, mas não... A polícia sempre corria com eles... Não, nem todas são as ciganas são parteiras. Mas achei estranho... Normalmente, não se pede ajuda. Normalmente elas resolvem por lá mesmo. É como dizem: a natureza ajuda, Nossa Senhora ampara. Agora não passam mais por aqui. Antes era rota. Agora não acampam mais... Nem vendem tachos... Nem lêem a mão...”

Relato de Dona Fia C. Vidal
Descendente de ciganos Rrom–Caldaraxa da
Região do Triângulo Mineiro-MG

Já em Alagoas, as mulheres mais velhas contam como era parar o cavalo, ganhar a criança, descansar e subir de volta no cavalo. A comida sem tempero, sem sal, sem luxo. As famílias de 10 a 16 filhos – essas estão mudando. A ciranda de ajuda e de conhecimento, formados através da solidariedade, do sangue e da manutenção da família, são verdadeiros centros de resistência. A vida em constante movimento. O ciclo da vida se renovando e a certeza solidificada em duas constatações: a primeira, de que o preconceito jamais terá fim, e a segunda, de que sempre resistirão, aconteça o que acontecer.

Não podemos dizer se cai no imaginário popular que toda mulher cigana é parteira, ou se o fato de ganharem

filhos não possui nenhuma super importância. O fato é que, até hoje, sequer os registros são efetivados de forma correta, não há importância em documentos, essa ainda é uma construção lenta. Muito se avançou, mas as questões básicas de vacinação, por exemplo, são uma incógnita. Se não sabemos quantas mulheres ciganas temos no país, ignoramos seus desdobramentos como cidadãs brasileiras, mulheres e mães. Assim se seguem inúmeros relatos, desde o não atendimento nas instituições de saúde, a dificuldade de entendimento por parte das mulheres ciganas sobre os protocolos médicos, seus direitos, suas diferentes necessidades, que vão da básica à mais complexa, e tudo isso de forma coletiva.



I - Doenças como pressão alta e depressão são comuns entre as mulheres. Entretanto, o deslocamento, até seu local de moradia, de um psicólogo ou psicóloga, ou mesmo de um ou uma psiquiatra, não é posto em questão. Até hoje, nem imaginávamos que esse número poderia ser tão grande, mas é. Em uma comunidade fechada de 8 mulheres adultas, duas jovens na idade de 13 anos e uma menina na idade de 11 anos, 5 das mulheres adultas e uma adolescente estão em estado claro de depressão e tristeza profunda. A jovem de 11 anos convive com as tias e a mãe nesse estado, e tenta, à sua maneira, furar o bloqueio.

II - A negativa de oportunidade de emprego para a subsistência de uma casa matriarcal resulta no empobrecimento e no aumento da discriminação contra essas mulheres. Ao perderem seus maridos, perdem o provento e a subsistência básica, pois, na grande maioria, não dirigem automóveis e nem possuem autonomia para tanto. Esse fato, entretanto, acaba acontecendo também de forma interna na comunidade. A mulher acaba assumindo o papel de mendicância ou de pequenas vendas, tudo sem muito recurso, até que seu filho cresça e assuma a casa, fazendo com que ela retorne ao estado de dependência (COSTA, 2014).

“Vamo prosear phralin, romi é phralin de calim”.

Vamos conversar irmã, você é minha irmã...

Nem imagino essa coisa de querer ser o que não se é. Sou cigana e isso não é nada fácil. Isso é rat, é sangue. Trabalho, vou ao supermercado, preciso de assistência médica, frequento um clube, vou ao salão e ao teatro. Nada disso me faz menos cigana, menos romi ou menos calim. Tenho mestrado, mas sou considerada exótica. Mas eu sou apenas uma mulher tentando continuar a minha trajetória. Eu sou uma mulher brasileira de etnia romani. As descobertas e falas são de fato o retrato de um povo que desconhece seus direitos e que ao mesmo tempo tenta sobreviver cada vez mais no anonimato. Mulheres que aprenderam a se disfarçar no meio da multidão. “Oh Calim, põe uma roupa de Jurim e pega o ônibus, aí eles param pra você”. Isso muda tudo... Isso a gente nunca esquece... Aprender a sobreviver em todos os ambientes é uma vantagem, um destino e uma acentuada sabedoria. Um banho quente, uma cama confortável e uma casa com teto e porta, porque não? Pertencer a esse grupo étnico significa mais do que morar numa tenda, fazer suas necessidades olhando a lua, ser privada de água e luz e viver num completo nomadismo romântico e empobrecido. Ser uma mulher de etnia romani significa saber de onde veio, se reconhecer nos seus e ser reconhecida por eles. Significa ter acesso à infraestrutura, à moradia, à dignidade humana e ao respeito. Somos mulheres que se cansaram de tentar entender de onde vem essa sina que acompanha o nosso povo. Ver e enxergar um mundo novo é muito bom, gostamos de novas oportunidades, de estarmos sempre juntos, de comemarmos as coisas boas entre amigos e família. Daí vem os nossos valores, de estarmos juntos, nem por isso somos quadrilha ou bando, ou estrangeiros ou mesmo pessoas que gostam de enganar. Ser, estar e pertencer: é exatamente aí que nos encontramos.

Romi Givanka

Relato coletado em Rodas de Conversa promovidas pela AMSK/Brasil

E vamos conversar. Sentar, tomar um café ou um chá, amassar um pão ou mesmo sair para comprar pano em véspera de festa ou para as vendas. Agora são elas que falam, explicam e contam detalhes de seu cotidiano. Protocolos mais elaborados perdem a essência das conversas, e os motivos são simples: o Estado, as universidades e outros normalmente interagem apenas no período das pesquisas, e esses laços temporários não são assimilados pela maioria da população “cigana”.

Esse estudo mostra também que, se adentrarmos em

assuntos específicos para o universo feminino romani – como a vontade de estudar, o sonho realizado, a vergonha, o respeito e o medo, os conceitos de beleza, o que se acostumou da discriminação imposta ao longo da vida, da criação familiar de proteção e procriação, dos mitos que rondam o universo das mulheres ciganas em si, de como elas resolvem as suas questões internas e de como tratam as mulheres que saíram do círculo fechado familiar – podemos alcançar um maior entendimento desse cotidiano tão assustadoramente folclórico e absolutamente desconhecido nas suas muitas realidades e verdades.

Verdades absolutas foram ditas em nome dessas mulheres, e muitas delas entenderam como verdadeiras essas questões sobre elas mesmas.

O que pensam, como agem e sobrevivem são parte desse universo transformado em perguntas e respostas através de *encontro presencial, visita agendada, encontros em eventos e festas familiares e religiosas, rodas de conversa, por telefone e e-mail*.

Formam um universo de 638 mulheres de etnia romani (dos grupos rom, calon e sinti) que foram entrevistadas ou acompanhadas. Neste trabalho, estão incluídas as meninas (até 12 anos completos²), as adolescentes (até 18 anos completos³), jovens mulheres e mulheres maduras até os seus 50 anos completos, mulheres idosas (a partir dos 50 anos)⁴.

² As meninas ciganas, na sua grande maioria, não desfrutam da adolescência, como a conhecemos no cotidiano dos não ciganos. Obrigações como saber cozinhar, vender, cuidar da casa e do futuro marido são suas tarefas principais.

³ Adolescentes são meninas que vivem entre a realidade das obrigações diárias e familiares e o sonho de uma vida junto com a família. O sonho da independência não figura entre elas.

⁴ Uma concepção de empoderamento das mulheres acontece após os 50 anos, em vários subgrupos rom. A partir dessa idade a mulher cigana já é avó e muitas vezes bisavó. Já tem experiência suficiente para comandar as noras, influenciar diretamente em muitas ações e, por fim, passa as responsabilidades básicas do cuidado da casa para as mais novas.

1. A essas mulheres, resguardamos o direito de se identificarem como escolhessem (informando seus nomes verdadeiros, outros nomes ou seus apelidos).

2. De manterem o segredo/sigilo de sua identificação e pertencimento.

3. E de se colocarem livremente como sujeitos de direito, mantendo o sigilo de suas identidades e a reserva de suas denúncias.

4. Identificar o grau de entendimento do cotidiano

coletivo e individual, além do grau de escolaridade.

5. Teste cognitivo de percepção espontânea da discriminação.

As tabelas abaixo apresentam alguns resultados iniciais dessas conversas, sendo elas voltadas para os temas da Educação (1) e Saúde (2). Os Resultados representam as percepções que mais se ascentuam, aqueles detalhes que fazem parte do cotidiano pouco compreendido, mas que refletem a vida dessas mulheres.

EDUCAÇÃO

A - As mulheres rompem menos a barreira do analfabetismo.

B - Quando ingressam na educação escolar, as mulheres rompem mais a barreira do ensino médio, técnico e universitário.

C - Áreas de Enfermagem, Pedagogia, Literatura e Direito são as mais encontradas entre as mulheres Romani que se graduam.

Resultados pontuais no campo da **Educação**:

1. Quando as mulheres ciganas estudam, os filhos e filhas têm maior tendência a fazer o mesmo.

2. Mulheres não-ciganas com ensino médio completo e se casam com homens ciganos, contribuem para que o nível escolar da família aumente.

3. Quanto maior o nível educacional, menor a necessidade de se declararem ou se auto identificarem em público. Menos necessidade de acessar os serviços públicos, maior cumprimento da *rromanipen* – costumes e tradições no seio familiar. Menos necessidade de se expor. Maior receio da perda. Melhor qualidade de vida.

4. Mulheres ciganas que se casam fora do grupo

étnico têm maior possibilidade de ocuparem cargos públicos e avançarem em seus estudos, cursando Especializações, Mestrado, Doutorado. Muitas vezes rompem com vários pontos da tradição, mas constantemente são procuradas pela comunidade a fim de prestar favores que exigem domínio de conhecimentos específicos.

5. Mulheres ciganas que conseguem a compreensão e o apoio dos pais, normalmente demoram mais a se casar e completam o ensino médio e/ou superior.

6. O apoio dos maridos na conclusão dos estudos ainda é um grande desafio. Após o nascimento do primeiro filho, o acesso ao ensino formal se torna cada vez mais difícil.

SAÚDE

A - Geralmente estão afastadas do sistema de saúde convencional, seja por não conseguirem acessar o Sistema Único de Saúde (SUS), seja por não estarem dentro do sistema "preventivo de cuidados".

B - O câncer de mama ou de colo de útero, o câncer de pele e a depressão (com seus desdobramentos), são os itens mais assinalados. Pressão alta, doenças circulatórias, tabagismo, alcoolismo e consumo de drogas também estão presentes.

C - Geralmente trabalham os três turnos, acumulando as atividades domésticas de cuidado e a realização de algum trabalho remunerado.

D - A discriminação no atendimento, o desconhecimento de suas formas de ser, agir e estar são manifestações do forte racismo institucional presente nos serviços de saúde.

Resultados pontuais no campo da Saúde:

1. Na primeira melhoria de condição social financeira, ocorre o acesso a planos de saúde. Raramente são usados para prevenção, normalmente acessados para emergências de todas as naturezas.

2. Comunidades específicas têm mudado bastante essa rotina. Rodas de conversa com as mulheres ciganas do município de Aparecida de Goiânia-GO, conduzidas pela AMSK/Brasil e pela Ouvidoria do SUS, do Ministério da Saúde, revelaram que as adolescentes ciganas são levadas a consultas ginecológicas por suas mães com uma certa frequência. Esse fator está diretamente ligado ao acesso às políticas públicas.

3. A preocupação com a vaidade e os conceitos de beleza levam cada vez mais as ciganas a comprarem remédios para emagrecer sem receita médica. O sedentarismo é a opção natural, esportes não fazem parte do cotidiano da vida dessas mulheres, quando muito, o uso da bicicleta como locomoção.

4. O valor dado e dispensado a joias, roupas e enfeites é significativamente maior do que o valor dado à saúde do ponto de vista da "prevenção".

5. Constantemente são chamadas de sujas e deixam de ser atendidas em centros de saúde e hospitais, a começar pela segurança na entrada desses locais.



GENERALIDADES

A - Até agosto de 2015, segundo dados do Programa Bolsa Família, do Ministério do Desenvolvimento Social, os estados com maior número de famílias ciganas com acesso a esse benefício, são Bahia, Goiás e Minas Gerais.

B - Em 2013, foram identificadas mulheres ciganas em situação de rua – 4 famílias. Em 2015 esse número mais que dobrou e atingiu outras regiões do país, com especial atenção para Rio de Janeiro e São Paulo.

C - Em 2014/2015 foram identificadas mulheres ciganas na Cracolândia⁵, no município de São Paulo – 2 família (2 mulheres adultas e 3 meninas).

D - Mulheres ciganas na atividade da mendicância tem aumentado consideravelmente em pelo menos 5 estados brasileiros. A migração entre diferentes estados para a prática da mendicância organizada acontece em Alagoas e no Ceará, no interior de São Paulo, no Rio Grande do Sul e na Bahia, onde a praça central e a avenida beira mar são os locais nos quais essa prática é mais observada. O Distrito Federal entrou nesta lista com maior frequência a partir de 2013, e atualmente observa-se a prática da mendicância na rodoviária da capital federal, praticada por mulheres geralmente vindas dos estados da Bahia e Minas Gerais. As comunidades ciganas do entorno de Brasília usam a venda dos panos de prato vinculados a mendicância e ocupam tanto o centro de outras cidades satélites, como Gama, Núcleo Bandeirante e Sobradinho, quanto as quadras residenciais de Brasília.

E - De setembro a outubro de 2015, a AMSK recebeu a informação de 10 mulheres ciganas presas e outras 16 passaram por situações de constrangimento policial. Normalmente essas mulheres estão acompanhadas de seus maridos quando abordadas. De forma isolada, as prisões ocorrem pela leitura de mão – denominada pelas autoridades policiais de charlatanismo. Esses casos foram levantados a partir de denúncias diretas feitas à AMSK. Até agosto de 2016, foi identificado um total de 22 mulheres na mesma situação de constrangimento policial.

F - As mulheres ciganas são maioria no trabalho de venda e comércio, da leitura de mão, cartomancia e outros tipos de atividades que têm um papel fundamental na garantia da sobrevivência dos núcleos familiares. Buscam o acesso às informações mais diversas. Estão ficando viúvas mais cedo.

G - Os casos de violência familiar são raramente denunciados, seja por dificuldade no acesso desses mecanismos, vergonha, medo de represália e medo de expulsão da comunidade ou da família. A violência não constitui uma forma cultural de convivência familiar.

⁵ Cracolândia é uma expressão utilizada no senso comum para identificar uma região no centro da cidade de São Paulo na qual historicamente se desenvolveu intenso tráfico de drogas.

Os nomes são fictícios, as histórias são reais: As percepções da discriminação

A raiz disso se encontra na apreensão provocada entre pessoas que não se conhecem, ou que se conhecem mal, que vêm de fora, que não se parecem conosco e que, sobretudo, não vivem da mesma maneira que vivemos. Falam uma outra língua e têm códigos que não compreendemos. Têm costumes, comportamentos, práticas culturais que diferem das nossas, não se vestem como nós, não comem como nós, têm religião, cerimônias e ritos cujo significado nos escapa. Por todas essas razões, eles nos assustam e somos tentados a tomá-los como bodes expiatórios em caso de perigo. Se uma desgraça acontece a uma coletividade, é por causa do estrangeiro (DELUMEAU, 2007:46).

A percepção da discriminação por parte das mulheres romani é um tema que ainda precisará ser estudado sob diversas óticas. Política pública, cidadania, educação, direitos, pertencimento, sentimento, culpa e racismo são palavras que norteiam essas percepções. Essa constatação muda pouco e nos faz observar que o ciclo do preconceito e da discriminação vem se renovando com os anos. Entretanto, é pelas mãos de muitas mulheres que esta realidade vem se alterando, ainda de forma tímida, porém inquestionável. Com vocês as protagonistas dessa história. Pequenos trechos e falas das nossas conversas.

“Me chamo Maria.

Se entrar num supermercado para fazer compras é coisa normal para as outras pessoas, para uma romi não é nada agradável. São situações horríveis, chatas, escandalosas e muitas vezes com resultados catastróficos. Parece que isso não muda nunca.”

“Me chamo Rosa.

Entro no supermercado e não demora muito, tem um guarda atrás de mim. Antes eu ficava revoltada com isso e cheguei a dizer a ele: eu não vou roubar nada não viu? Agora, prefiro entrar quieta, já cumprimento a moça do caixa e ela dá um sorriso pra mim. Sabe que não tenho como pagar a conta do supermercado na hora, então no final do mês eu passo no banco – onde busco meu rendimento – e pago pra ela. O moço vai de bicicleta levar as compras lá na barraca. Ele é bom, gosta da gente.”

“Me chamo Wanda.

Já nem ligo mais, eles sabem que a gente é cigana e fica seguindo a gente. Da última vez eu disse: Oh moço, eu não sou ladrona não viu? Tenho dinheiro e vou comprar minhas coisas. Por que que tá atrás de mim? Só porque eu sou cigana?”

Na escola...

“Me chamo Jamile.

Chega meu filho de 6 anos de idade, vindo da escola e me faz essa pergunta na mesa da cozinha: Mãe, por que a tia da escola falou que cigano não presta? Eu sou cigano.”

A mãe se dirigiu à escola no dia seguinte e deu uma aula para a professora e para a diretora da escola. Se ofereceu para explicar aos outros professores sobre o pertencimento da família. Escolher se identificar ou não, será uma opção dele, mas passamos o orgulho que temos de pertencer a essa etnia, afirma ela. Essa tal percepção... Eu, Romi ou Calin. De tanto acontecer, já virou coisa comum.

No trabalho...

“Me chamo Isabel.

Na escola tive de mentir aos pais dos meus alunos que eu não era cigana. Tinham medo que eu roubasse seus filhos.”

“Me chamo Leda.

Eu e meu marido somos ciganos, ele professor e eu assistente social. Somente a dois anos que contamos isso no trabalho, mas ainda não sei se foi numa boa hora. Os olhares mudam. Quem mandou abrir a boca, como disse minha mãe, agora aguenta..”

“Me chamo...

Num quero falar meu nome não, aqui no acampamento é melhor ficar de bico calado na prosa dos homens, nem celular ele deixa eu ter. Já chorei muito, mas eu devo obediência. Juntei um radenzinho (dinheiro) e comprei um. Aprendi a tirar a campanha dele e escondo ele nos porta peito (sutiã). Quando ele sai eu uso. Se quiser me bater me bate, mais nunca mais vou passar o aperto de ver meu filho com crise de asma e eu não consegui chamar ninguém pra me ajudar. Ele quase morreu.”

E assim se dá a percepção, que quase virou paisagem. A fala de conformismo é enorme e sempre com indignação, em todas as situações. Os ajustes para se evitar os conflitos, a descaracterização de famílias, ranchos ou acampamentos, tem sido enfrentada de forma diversa, mas já começou. Evitar o problema ou dar a volta na situação faz com que esconder o pertencimento nos locais de trabalho, estudo e serviços se torne a melhor saída.

“Me chamo Raisa.

O Acampamento Cigano de São Gabriel hoje é território oficialmente cigano. Para se ter uma consulta médica, era apenas entrar na barraca, colocar uma roupa de gaji ou jurim (mulher não cigana) e ir. Isso significa tirar a saia e colocar uma calça, uma blusa ou camiseta, tênis ou chinela. Fazer um rabo de cavalo e só falar português ou brasileiro, “Oh Calin, põe uma roupa de Jurim e pega o ônibus, aí eles param pra você.” – como se diz dentro das rodas ciganas.”

“Me chamo Syula.

Primeiro a gente luta por uma lei que reconheça a gente, mas não adianta, porque quando a gente vai pedir escola, saúde e outras coisas, ninguém cumpre a lei. Nem isso pra cigano resolve.

A gente não tem direito a nada, a gente não existe.”



**Mulheres Romani (ciganas):
Rostos e Identidades**

Mostra Fotográfica sobre as mulheres romani no Brasil.

Local:
Espaço Galeria
Senado Federal
Praça dos Três Poderes - Anexo I
Brasília-DF

1 de julho a 2 de agosto de 2014

Realização:


Apoio:


Isabel Castilho, Dona Saveta, 89 anos
Romni do grupo Rom-Caldaraxa
Aparecida de Goiânia-GO

Essa é a história de uma mulher brasileira que, como muitas do seu tempo, presenciou um Brasil e suas várias faces.

Ela é uma romi, uma Caldaraxa, uma mulher brasileira de etnia romani.

No mês de maio do ano de mil novecentos e vinte e cinco, no dia 13 para ser mais exata, nascia Isabel Castilho, Saveta, seu nome entre os seus.

Veio nas caravanas de fuga, da Argentina para o Paraguai e de lá para cá, Brasil, terra mãe gentil, para essa romi, que por aqui chegou, atravessando matas, estados e territórios. País em que recebeu seu registro.

Aos doze anos de idade, já em terras brasileiras, canta, brinca como criança, mas prepara o fogo, limpa a barraca, bate os colchões e varre os tapetes, prepara a papa, feita de arroz e cuida dos seus pais com malária. Foram 5 episódios ao todo. Na fuga da segunda grande

Guerra Mundial a menina, ainda criança, ganha força da sua própria natureza errante, forja e molda com as dificuldades a futura mulher que seria, faz com que o canto da Paloma Branca e os passos da dança cigana limpem seu coração.

Dona Saveta, hoje com seus 87 anos, registrada na cidade de Uberaba, já vendeu tacho, já viajou com cinema itinerante, já leu sorte, já dançou tango.

A barraca ficou para trás no ano de 1986, mas voltou a fazer parte de sua vida em 1994. Apenas em 2008 essa realidade muda novamente. Quando pergunto se ela sente falta da vida nas caravanas, ela diz:

“A vantagem é que se não gostamos de um lugar ou se esse lugar não gosta da gente, vamos embora.

Não precisa ter desavença onde existem estradas.

Somos livres.

Se não nos querem aqui, se não vendemos nada, vamos.

Hoje aqui, amanhã ali. Livres.

Na casa temos mais conforto.

É bom também.”

Num tempo onde as perseguições e a discriminação se acirram cada vez mais, ela permanece, com sua sabedoria e sua fé. Cabe a ela manter a língua, a oralidade da família, o elo entre o passado e o futuro dos netos e bisnetos, vistos pelos olhos de uma mulher

que suportou o peso da guerra, amargou a morte do marido e carregou com dignidade o nome da família. Quando sentada ao seu lado pergunto: se a senhora pudesse hoje dar um conselho aos outros ciganos e ciganas do mundo todo e aos não ciganos, o que diria?

“Diria para que deixassem Jesus entrar.

A vida fica mais fácil e o fardo mais leve.

A vida de cigano é sofrida, mas é divertida.”

Isabel Castilho – Saveta

Aos 89 anos, dona Saveta ainda luta contra o racismo e o preconceito contra os romani no Brasil, ainda se senta e conta como era no tempo das grandes festas, de quando a incerteza fazia a rota da estrada a seguir e de quando a polícia tratava de correr com ela, dois ou três dias depois de ganhar criança.

Ela é o retrato vivo da história falada, da oralidade e das lendas que não se contam mais. Ela é a mulher que carregou lenha e água, e que hoje mantém sua vestimenta, orgulhosa do seu passado, feliz com suas

conquistas e esperançosa num futuro melhor. Dona Isabel Castilho é mãe do chefe da família Castilho de Aparecida de Goiânia, é Caldaraxa, avó de 12 netos e 18 bisnetos, e esse número não para de crescer. Tudo isso é um pequeno tesouro, como uma pomba branca.

Ela guarda a resistência das mulheres, idosas, chefes de família, senhoras capazes de desafiar o destino. É real, brasileira e cigana. E como tantas outras, é invisível aos olhos de muitos, mas o mundo pode ser visto através de seus olhos até os dias de hoje.



Considerações Finais

Esse rosto ainda atravessará alguns anos para ser construído. Entretanto ele segue em busca de palavras e atitudes comuns: respeito, dignidade e oportunidade. Essas mulheres ou são filhas de mães não ciganas, ou foram dadas para adoção em razão da extrema pobreza – uma conduta mais frequente nas décadas de 1950 e 1980 com relação às filhas do sexo feminino. Ou, ainda, em razão de conflitos familiares,

muitos procuravam vida nova nas cidades mais populosas e tiveram casamentos mistos – ciganos e não ciganos. Falam a língua, costumam manter muitas das tradições familiares, possuem vínculos afetivos com suas famílias de origem, mas rompem com maior frequência o ciclo da pobreza. Como diz uma romi em seu depoimento em uma das rodas de conversa promovidas pela AMSK/Brasil:

“Meu pertencimento pertence a mim.

Eu me reconheço, meu marido e meu pai me reconhecem.

Sonho com o dia em que meus filhos vão passar na faculdade e

cuidar de suas vidas. São rom, com orgulho.

Não há transfusão de sangue que tire isso deles,

assim como não tirou de nós.

Digo isso para os meus e para os não ciganos.”

Uma, dentre tantas verdades que descobrimos é que essa realidade e essa percepção, a condição de se encher e de pertencer, nunca foi perguntada, nem a elas e nem a “todas” como mulheres. Tampouco é uma condição respeitada. Um ponto importantíssimo que nos une é a resistência. A submissão velada que hoje já desmorona, seja pela morte prematura dos maridos, seja pela vontade e o desejo de conhecer novas possibilidades, pela sobrevivência ou como mecanismo de superação.

Ao cabo, vamos conseguindo comprovar que o sonho e a realidade andam juntos, desta forma, o desgosto dos sonhos não realizados ficam represados no cotidiano dessas mulheres, e isso tem feito a diferença. Muitos

maridos têm aberto mão de estratégias mais duras, e têm permitido que suas filhas avancem nos estudos. De fato tem feito a diferença. A pobreza e a miséria, assim como a falta de estudo, produzem uma reação contrária em alguns braços familiares, e essa mudança poderá ser observada daqui alguns anos. São ciganos e ciganas formadas, preocupadas com a educação, como ponto de partida para uma vida mais digna.

Não há diferença entre os sentimentos de pertencimento, de desejo e dependência familiar entre as ciganas daqui do Brasil e de outros países. Existe apenas a forma com que esse andar de séculos se deu, de como os países encontraram ou não uma forma de lidar com isso.

Os gitanos que estudam são duas vezes gitanos, porque, por uma parte nascemos gitanos e por outra parte optamos por seguir sendo gitanos.”

Afirmação de Carmem Santiago
Advogada e cigana espanhola



Referências Bibliográficas

AMSK. Relatório SASTIPEN – SAÚDE II. Brasília: mimeo, 2012.

AMSK. Folder da Exposição Fotográfica Mulheres Romani (Ciganas): Rostos e Identidades. Brasília: AMSK, 2014.

BONONO, Mariana; SOUZA, Lídio; TRINDADE, Zeidi A.; CANAL, Fabiana; BRASIL, Julia A.; LIVRAMENTO, André M. et al. Mulheres ciganas: medo, relações intergrupais e confrontos identitários. *Universitas Psychologica*, 10 (3), Bogotá, 2011.

COSTA, Elisa Maria Lopes da. O povo cigano em Portugal e terras de além-mar (séculos XVI a XIX). Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1997.

COSTA, Elisa e ROLIM, José Daniel. Redução das desigualdades em saúde nas comunidades ciganas no Brasil: subsídios para a discussão. Brasília: AMSK, 2014.

GUIMARÃES, José Ribeiro Sousa. Perfil do Trabalho Decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação. Brasília: OIT, 2012.

GUIMARAIS, Marcos Toyansk Silva. O associativismo transnacional cigano: identidades, diásporas e territórios. 2012. 229 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de

Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2012.

GOLDFARB, Maria Patrícia Lopes; LEANDRO, Suderlan Sabino; DIAS, Maria Djair. O “cuidar” entre as calins: concepções de gestação, parto e nascimento entre as ciganas residentes em Sousa-PB. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 11, n. 33, dez. 2012, pp. 851-877.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Revista Brasileira de Saúde da Família*. Ano 15, n° 38-39, maio-dez 2014. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

REZENDE, Cláudia Barcellos. Emoção, corpo e moral em grupos gestantes. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção – Dossiê Corpo e Emoções*, v. 11, n. 33, dez. 2012, pp. 830-849.

VASCONCELOS, Marcia e GUIMARÃES, José Ribeiro Sousa; COSTA, Elisa. Dados oficiais sobre os povos romani (ciganos) no Brasil – 2013. Brasília: AMSK, 2013.

Documentário “Romnia” – Mujeres Gitanas de Huesca

Disponível em: <http://blog.educalab.es/cniie/2013/12/16/romnia-mujeres-gitanas-de-huesca/#sthash.btwRVuqw.dpuf>

MULHERES ROMANI (CIGANAS)

Imagens, representações e abordagens da mídia brasileira

Marcia Vasconcelos¹

RESUMO

Com o objetivo de trazer uma contribuição para a reflexão sobre as relações entre as questões de gênero, raça e etnia e as abordagens presentes na mídia brasileira sobre os povos romani (ciganos), o presente artigo resgata o histórico de discriminação e perseguição sofridas por este grupo étnico e analisa as representações e imagens construídas sobre ele, presentes no imaginário ocidental, com especial atenção às representações das mulheres romani (ciganas). A partir desta reflexão, pretendemos oferecer alguns elementos iniciais para uma análise sobre as relações entre as imagens e representações construídas sobre mulheres romani e as abordagens feitas pela mídia, ressaltando as dinâmicas racistas presentes na sociedade brasileira e seus impactos na construção da realidade noticiada.

PALAVRAS-CHAVE

mulheres romani, representações, racismo, mídia.

Desde seus primeiros contatos com o mundo ocidental, os *rroma*² (ciganos) têm suscitado sentimentos contraditórios que oscilam entre o temor e o fascínio, a admiração e a repulsa (FERRARI, 2002). Por onde quer que passem, os *rroma* são considerados estrangeiros, e sobre eles se constroem imagens que os colocam à margem – em termos espaciais e simbólicos – e que impactam sua relação com as sociedades nas quais se encontram inseridos.

No Brasil, esta lógica é reatualizada cotidianamente, nos mais diferentes espaços sociais. Presentes no país desde o século XVI, ao longo de todo o período colonial os *rroma* foram associado à barbárie, assumindo alguma importância perante o poder público

apenas quando inquietavam as autoridades. Eram considerados “sujos”, “trapaceiros” e “imorais”, e as especificidades de seu modo de vida, bem como suas identidades, foram sistematicamente criminalizadas, consideradas, portanto, apenas no campo da ilegalidade. Esta lógica alimentou a construção de estereótipos poderosos, baseados na ideia de que toda pessoa de etnia *romani* (cigana) era, via de regra, uma “pessoa suspeita”, uma “pessoa não-confiável”. (TEIXEIRA, 2009). Com diferentes nuances, esses estereótipos continuam bastante presentes na sociedade brasileira, revelando dinâmicas racistas e suscitando os mais diversos atos de discriminação contra os povos *romani* (ciganos).

¹ Mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Fundadora e Assessora Técnica da Associação Internacional Maylê Sara Kalí (AMSK/Brasil).

² No âmbito das discussões internacionais, há o reconhecimento de que a terminologia “ciganos” ou, em inglês, “gipsy”, tem uma forte carga pejorativa e não revela a riqueza e as reais características do grupo étnico ao qual se refere. Em razão disso, tem se optado pela utilização dos termos “*rroma*” e “*romani*”. Mais à frente apresentaremos um breve histórico da etimologia destas palavras. Apesar de não serem muito conhecidas no Brasil, optamos por sua utilização como uma forma de divulgá-la. A utilização do termo “cigano” é bastante presente no Brasil e amplamente utilizado nos cadastros oficiais e para designar datas oficiais. Em razão disso, ao nos referirmos a instrumentos de pesquisa e programas que optaram por esta nomenclatura, nós a manteremos.

Com o objetivo de trazer uma contribuição para a reflexão sobre as relações entre as questões de gênero, raça e etnia e as abordagens presentes na mídia brasileira sobre os povos romani, o presente artigo resgata o histórico de discriminação e perseguição que por séculos tem afetado este grupo étnico. Adotando como marco inicial sua chegada na região da Ásia Menor, por volta do ano 1000, resgatamos as tensões raciais provocadas por sua presença na região dos Bálcãs a partir do século XIV e na Europa Ocidental a partir do século XV, bem como a reatualização desta lógica no Brasil, a partir de sua chegada à colônia,

no século XVI. A partir deste breve relato histórico, nos debruçamos sobre as representações e imagens construídas sobre os rroma e ainda fortemente presentes no imaginário ocidental, com especial atenção às representações das mulheres romani – as mulheres ciganas. A partir desta reflexão, pretendemos oferecer elementos iniciais para uma análise sobre as relações entre as imagens e representações construídas sobre as mulheres romani e as abordagens feitas pela mídia, ressaltando as dinâmicas racistas presentes em na sociedade brasileira e seus impactos na construção da realidade noticiada.



Um povo à margem: quem são os rroma – os assim chamados ciganos?

Rroma é o termo politicamente correto para designar os ciganos. *Rom* é sua forma no singular, e designa toda pessoa pertencente a esta etnia. São encontradas também as variações com o “r” duplicado: *Rrom* e *Rroma*. É importante lembrar que nem todos os ciganos conhecem estes termos ou se consideram *roma*. *Romani* é usado como adjetivo, também apresentando variações em sua grafia, com “r” duplicado, *Rromani*, ou com “y” *Rromany*. Designa, ainda, a língua falada pelos *Rroma*, também conhecida como *Rromanês* e *Rromanó*³.

O termo Cigano e suas variações em diferentes línguas – *Cygni*, *Tsigan*, *Zigeuner* – são derivados da palavra grega *Atsingani*, que significa não toque, intocáveis. Estas palavras foram cunhadas para denominar os povos *romani* no período em que estiveram presentes no território que compunha Império Bizantino, por volta do ano 1000. Outras variações como *Gitano* e *Gypsy* são derivadas das palavras *Egyptian* e *Egipitano*, que significa egípcio. Passaram a ser amplamente utilizadas na Europa ocidental em razão da crença de que os povos *romani* eram originários do Egito⁴. Como podemos perceber, são denominações exógenas aos povos romani e não auto-referenciada, tendo, ainda, um forte viés discriminatório.

Os **Rroma** – os assim chamados Ciganos – são um povo de origem desconhecida. A teoria mais aceita atualmente os identifica como um grupo originário da Índia, membros de uma casta militar que por volta do ano 1000 teria iniciado uma grande diáspora em razão de uma série de invasões islâmicas ocorridas na região. Esta teoria foi elaborada fundamentalmente a

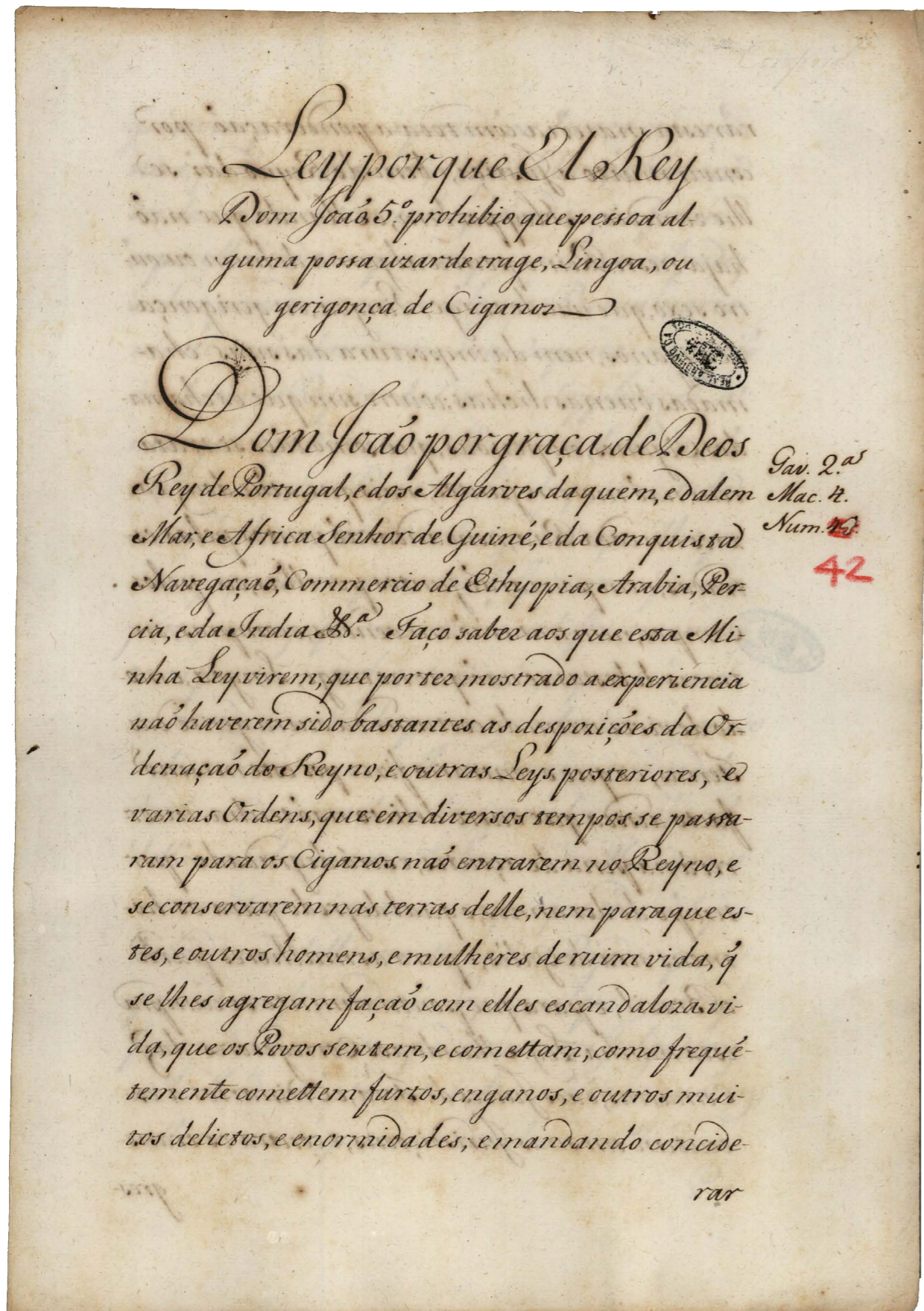
partir do estudo do *romanês*. A análise das variações encontradas no *romanês* e da incorporação de palavras de outros idiomas permitiu a construção de uma suposta rota migratória, saindo da Índia inicialmente em direção à Ásia Menor e, posteriormente para os Bálcãs e para a Europa Ocidental (GUIMARAIS, 2012). Esta é considerada a primeira de três grandes ondas migratórias empreendidas pelos *rroma* até a atualidade (FERRARI, 2002).

Após sua partida da Índia, os *rroma* teriam permanecido por cerca de 500 anos no território pertencente ao Império Bizantino, tendo iniciado seu deslocamento para a região dos Bálcãs no século XIV. Data de 1370 os primeiros registros de sua chegada na região da Valáquia e da Moldávia – atual Romênia. Sua presença na região dos Bálcãs foi marcada pela escravidão. Os *rroma* permaneceram na condição de escravos até o século XIX, e, neste período, os termos “cigano” e “escravo” se tornaram sinônimos (GUIMARAIS, 2012).

No final do século XIV, rotas migratórias em direção à Grécia e à Hungria também são observadas, e datam do início do século XV os primeiros registros de presença dos *rroma* no chamado Ocidente. Em 1417, sua presença é registrada na região da atual Alemanha e, nos anos seguintes, nas regiões da França, Itália e Suíça (FERRARI, 2002). Em 1425 já haviam atingido o outro extremo do continente europeu – a Península Ibérica (GUIMARAIS, 2012). A chegada dos *rroma* à Europa Ocidental instaura uma tensão racial e enseja a adoção de uma série de medidas legais voltadas à sua perseguição.

³ Este pequeno resumo da terminologia utilizada nos estudos e discussões políticas sobre os povos romani (ciganos) encontra-se em GUIMARAIS, Marcos Toyansk Silva. O associativismo transnacional cigano: identidades, diásporas e territórios. 2012. 229 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2012

⁴ Da mesma forma, este pequeno resumo da terminologia utilizada nos estudos e discussões políticas sobre os povos romani (ciganos) encontra-se em GUIMARAIS, Marcos Toyansk Silva. O associativismo transnacional cigano: identidades, diásporas e territórios. 2012. 229 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2012.



Ordem expedida por D. João V, na qual o monarca proíbe a utilização de trajes e da língua cigana.

Juntamente com outros grupos raciais e étnicos, os rroma foram considerados párias em Portugal, tendo seu idioma proibido em 1685 e sendo banidos do Reino em 1718.

Na Espanha e na Inglaterra, os rroma foram escravizados ao longo de toda a Idade Média. Na Escócia e na França, no início do século XVIII, foram deportados para as colônias. No mesmo período, em 1721, o Imperador Carlos VI, regente do Império Romano-Germânico, decretou o extermínio de todos os homens romani adultos que viviam em seus domínios – os quais, à época, cobriam os territórios da atual Alemanha, Áustria e outros países da Europa Central. No mesmo decreto, Carlos VI ordenava que todas as mulheres e crianças romani tivessem suas orelhas cortadas, como forma de punição e identificação (GUIMARAIS, 2012).

A partir da ocupação russo-turca da atual Romênia, ocorrida em 1850, foi abolida a escravidão romani na região. Este acontecimento teria motivado a segunda onda migratória dos rroma, aumentando de forma considerável sua presença nos países da Europa Ocidental (FERRARI, 2002). Em 1899, foi criada, na Alemanha, a *Central para o Combate da Moléstia Cigana*, para registrar e controlar a presença dos rroma em território alemão, sinalizando para emergência de uma ideologia racista que afetaria fortemente a população rroma durante o regime nazista.

A terceira onda migratória dos rroma ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial (FERRARI, 2002). No período de 1939 a 1945, homens e mulheres romani foram sistematicamente perseguidos pelo regime nazista, presos, enviados a campos de concentração, utilizados em “experimentos médicos” e assassinados. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, estes eventos foram muito pouco divulgados e a morte de cerca de 500 mil homens e mulheres romani durante o holocausto foi praticamente esquecida. Este é considerado o maior genocídio da população romani europeia em toda a sua história. Entre os rroma, este período é denominado *Porrajmos* – a *Grande Devoração* – expressão em *romanês* utilizada para nomear o holocausto *romani*. Apenas em 1979, o parlamento da Alemanha Ocidental reconheceu que a perseguição nazista aos rroma tinha motivações

racistas. Em 2012, foi inaugurado em Berlim o Memorial às Vítimas *Romani* do Holocausto.

No Brasil, o primeiro registro oficial da chegada de ciganos data de 1562: o documento faz referência ao Sr. João Giciano, homem romani, natural do “Reino da Grécia”, que desembarcou no Brasil com sua esposa e filhos. (COSTA, 1997). Em nosso país, estão presentes os três grandes grupos étnicos *romani*: *Calon*, *Rom* e *Sinti*, cada um deles com dialetos, tradições e costumes próprios. Os *Rom* brasileiros pertencem principalmente aos grupos *Caldaraxa*, *Machuaia* e *Rudari*, originários da Romênia; aos *Rorarrané*, oriundos da Turquia e da Grécia, e aos *Lovara* (Mota, 2004). Recentemente foram identificados também os *Rom-Boyasha*. Os *Calon* são bastante expressivos no Brasil, sendo originários de Espanha e Portugal. Os *Sinti* chegaram em nosso país principalmente após a Primeira e Segunda Guerras Mundiais, vindos da Alemanha e da França. Não sabemos o número total de pessoas de etnia *romani* que compõem a população brasileira. Temos apenas estimativas, que variam entre 500 mil (Bonomo et.al, 2009) e 800 mil ciganos e ciganas no Brasil – este último, um número gerado a partir de estatísticas não oficiais.

Graças à Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2011 foi possível identificar 291 municípios que declararam ter acampamentos ciganos no país, localizados em 21 Unidades da Federação, com uma maior concentração nos estados de Minas Gerais (58), Bahia (53) e Goiás (38). A implementação de políticas públicas para este grupo continua sendo um grande desafio. Do total de 291 municípios que declararam ter acampamentos ciganos, apenas em 40 deles eram desenvolvidas políticas públicas para os povos ciganos (VASCONCELOS, et. al., 2013).

Em 2014, a MUNIC novamente levantou dados sobre a existência de acampamentos ciganos nos municípios brasileiros, e sobre a implementação de políticas públicas para este segmento da população. A pesquisa

revelou a existência de acampamentos ciganos em 22 das 27 Unidades Federativas, sendo 36,2% na região sudeste, 34,7% na região nordeste, 14,8% na região sul, 11,0% na região centro-oeste, e 3,3% na região norte. Dos 5.570 municípios entrevistados pelo IBGE, 337 declararam possuir acampamento cigano em seu território e 195 declararam executar programas e ações para ciganos. Apenas 73 declaram destinar área pública para os acampamentos (CAVALCANTE, 2016).

Os homens e mulheres brasileiros de etnia romani estão expostos cotidianamente às dinâmicas do racismo e a um amplo conjunto de violações de direitos humanos.

Romi, Calin, Cigana – as mulheres brasileiras de etnia romani

O ano: 1549. O documento: carta do Padre Manuel da Nóbrega à Companhia de Jesus. Nela, o jesuíta envia informações desta terra – o Brasil – com mil léguas de costa, toda povoada de gente que andava desnuda. Já nestes tempos, em partes distantes desta terra, são dadas notícias de mulheres que andavam vestidas em trajes de Ciganas, com panos de algodão (COSTA, 1997).

No século XIX, o pintor e desenhista francês Debret, integrante da missão artística francesa que apoiou a fundação da Academia Imperial de Belas Artes, no Rio



Apesar dos avanços observados no país na área das políticas públicas de promoção da igualdade racial e étnica, os povos romani se mantêm invisibilizados para grande parte dos agentes públicos, legisladores e para a sociedade em geral – o que aumenta a sua vulnerabilidade.

Se a invisibilidade é a marca dos povos romani, esta é uma realidade ainda mais profunda para as mulheres deste grupo étnico. As mulheres romani são muito pouco conhecidas e sobre elas foram elaboradas, ao longo de séculos, imagens e representações poderosas que afetam fortemente seu cotidiano, fragilizam sua cidadania e impactam as abordagens da mídia.

de Janeiro-RJ, fez referências às mulheres romani, as pintou e teceu considerações a seu respeito. O pintor Di Cavalcanti, expoente do movimento modernista surgido no Brasil nas primeiras décadas do século XX, também retratou as mulheres romani em seus quadros, lançando um olhar que se dirige às suas especificidades, revelando e reconhecendo estas brasileiras invisibilizadas e excluídas da sociedade majoritária.

Pertencentes a diferentes grupos étnicos – Calon, Rom e Sinti –, nos estudos acadêmicos produzidos no Brasil as mulheres romani são muito pouco abordadas em suas especificidades. Porém, algumas pesquisas localizadas nos oferecem indícios e nos permitem refletir sobre as representações e imagens presentes no imaginário social brasileiro com relação a elas, bem como sobre seus impactos nas abordagens realizadas sobre elas pela mídia no país.

Ciganos
Pintura de Di Cavalcante, 1940



Mulheres romani – romnian – de um grupo Rom-Caldaraxa, em meados da década de 1970, em acampamento no interior de São Paulo. Fonte: Foto gentilmente cedida pela família Castilho.

Mulheres romani de um grupo Calon – Calins – em fevereiro de 2014, em acampamento em Joinville-SC. Da esquerda para a direita, Derli, Lindacir, Vilma, Luci e Zenilda, todas viúvas e líderes de seu acampamento. Fonte: Acervo AMSK/Brasil.



Em seu percurso de reconstrução das imagens elaboradas no Ocidente com relação aos rroma, Ferrari (2002) identifica as representações mais recorrentes das mulheres romani em obras literárias de referência. O primeiro tema que salta aos olhos é o da *cigana sedutora* – uma mulher “*definida por sua beleza e sua destreza no canto e na dança*” (FERRARI, 2002:54), que se apresenta em lugares públicos, que

A beleza cigana ali pressuposta sugere uma singularidade: está definitivamente ligada à sedução. Não se trata de definir as curvas do rosto perfeito, mas os movimentos do vestido, do cabelo, dos pés, dos ombros. Cada detalhe da dançarina é visto como júbilo pelo público masculino. Outros elementos intervêm para compor a ‘ciganidade’, como o ouro, o instrumento musical, a dança, o olhar, que refinam a descrição e encerram um aglomerado simbólico presente em outras versões desta representação, com certa variância na ordenação dos fragmentos.” (p:60).

À imagem da *cigana sedutora*, se associa outra, igualmente forte, nestas e em outras obras: a imagem da *mulher que lê a sorte*. Vinda de lugares longínquos – de um mundo desconhecido – a *mulher cigana* vive no limiar, trazendo consigo um conhecimento mágico. Une ao canto e à dança, a arte da adivinhação, e, através destes elementos, suscita, a um só tempo, o fascínio e o medo.

Mesmo ao nos distanciarmos no tempo e no espaço dos cenários de produção destas obras literárias, é possível identificar os ecos destas representações da *mulher cigana*, pois os elementos que as compõem estão profundamente enraizados no imaginário ocidental. Em pesquisa realizada em uma comunidade rural no interior do Brasil, Bonono *et.al.* (2009) analisa as imagens construídas por mulheres rurais com relação a mulheres romani que eventualmente passavam pela região e montavam acampamentos temporários. Como pontua a autora, o encontro entre esses dois grupos sociais, possuidores de modos de vida distintos, faz emergir uma dinâmica comparativa. Elementos e práticas valorizadas pelas mulheres rurais como “*o trabalho, a higiene, a religião e a*

se conecta com sua audiência para obter moedas de ouro. Estes elementos definem personagens como a cigana Preciosa, de Miguel Cervantes, em seu romance *La gitanilla*, de 1613; a cigana Esmeralda, de Vitor Hugo, em seu romance *Notre Dame de Paris*, de 1831; e a cigana Carmem, personagem do romance homônimo de *Prosper Mérimée*, lançado em 1845. Como afirma Ferrari (2002):

propriedade privada” (p. 754), são utilizados para categorizar e avaliar as práticas consideradas por elas como próprias das mulheres romani.

Para as mulheres rurais, o medo é a marca da relação com os rroma, e com as mulheres romani em especial. Para elas, os ciganos são percebidos como “*sujos, amaldiçoados, pessoas que pedem, roubam, que buscam uma maneira fácil de ganhar dinheiro sem trabalhar, que enganam os outros e que viajam constantemente, não tendo uma moradia fixa;*”. (BONONO, *et.al.*, 2009: 753). Aliadas a estas representações, elaboradas com relação a homens e mulheres romani, associam-se outras, categorizadas pela autora no campo das *práticas místicas*, e que se referem especificamente às mulheres ciganas. Estas práticas incluem a leitura de mão e a bezadura, e com relação a elas observa-se uma forte depreciação por parte das mulheres rurais, e sentimentos como raiva e indignação dirigidos às mulheres *romani* (BONONO, *et.al.*, 2009).

Ao fazermos uma breve aproximação da forma como estes elementos afetam as abordagens da mídia com

relação às mulheres romani no Brasil, percebemos três lógicas distintas. A primeira delas reatualiza a histórica lógica da invisibilidade, e se evidencia na escassez ou na total ausência de notícias sobre os povos romani e sobre as mulheres romani na mídia. A segunda lógica reatualiza estereótipos negativos sobre os povos romani e se evidencia na concentração de notícias sobre os

povos romani que abordam situações de fraude e estelionato. A terceira lógica é ainda bastante recente e residual, e diz respeito à abordagem de alguns veículos com relação às discussões realizadas na área das políticas públicas para os povos romani. A seguir apresentaremos breves exemplos destas distintas abordagens.

Distintas abordagens: O que vira notícia, afinal?

Em trabalho apresentado no XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado em 2012, as pesquisadoras Joaci Conceição e Marilúcia Leal apresentam os resultados do monitoramento de notícias veiculadas na mídia impressa relativas aos negros, aos indígenas e aos ciganos. Tendo monitorado 23 veículos que circulavam pelas regiões

Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste – sendo dezessete jornais e seis revistas – as pesquisadoras constataram a escassa abordagem de temas relacionados aos povos romani – o que reatualiza a lógica da invisibilidade que marca a história dos povos romani. Concluíram que, para a mídia nacional, os povos romani...

“(...) são seres invisíveis. O percentual de agendamento relacionado a estes povos é quase nulo. Somente em casos de estelionato e agiotagem é que eles são citados, sem nenhum tipo de conhecimento da cultura cigana, tanto da mídia, que os vê como malandros, como da sociedade, que desconhece suas necessidades, seus modos de vida” (p.6).

A pesquisa também aponta para uma segunda lógica que marca as abordagens da mídia: a reatualização de estereótipos negativos sobre os povos romani. Neste caso específico, as pesquisadoras sinalizam para a veiculação de notícias relacionadas à criminalização de práticas consideradas tradicionais no âmbito de muitas comunidades romani, como a leitura da sorte. Realizada não apenas por mulheres romani, mas, como vimos anteriormente, muito relacionada às imagens e representações construídas sobre elas, a *leitura da sorte* é alvo de grande perseguição nos dias de hoje,

sob a acusação de estelionato. Apresentando uma abordagem muitas vezes parcial destas ocorrências, grande parte das notícias veiculadas reafirma as representações presentes no imaginário social sobre os povos romani e, em especial, sobre as mulheres romani: são ludibriadoras, sedutoras, e assim atuam para garantirem algum ganho econômico. Como exemplo deste tipo de abordagem, destacamos a emblemática reportagem, veiculada em 18 de abril de 2012, no programa *1º Jornal da Rede Bandeirantes*.

Ao iniciar a reportagem, a âncora do programa anuncia:

“Vamos mudar de assunto? Quadrilha de ciganos é presa, acusada de fraudar a previdência social. Entre os presos estava um idoso de 70 anos que recebia R\$100,00 para ajudar no golpe”.

Segue a reportagem:

*“Os quatro suspeitos foram presos em flagrante tentando desbloquear cartões da previdência social. Num esquema ilícito, um casal e dois homens, entre eles um idoso de 70 anos que, segundo a polícia, recebia R\$100,00 para auxiliar na fraude (...). O grupo, **formado por ciganos**, teria migrado do estado Goiás para o triângulo mineiro há onze anos (...). A polícia fez buscas na casa onde o casal que comandava a fraude morava. Com a informação de que armas poderiam estar escondidas nos fundos da casa, a polícia militar decidiu cavar o quintal. Aqui neste buraco foram encontradas cerca de doze carteiras de trabalho falsificadas, além de RG, CPF e uma dezena de recibos adulterados. Além de documentos, foram apreendidos dois veículos, um revolver calibre 38 e munições”.*

As imagens retornam ao estúdio, com o jornalista

Luciano Faccioli no comando da reportagem:

“Olha... Só pra quebrar, quebrar como a gente fala aqui...”

O jornalista chama a âncora do programa:

“Vem cá um pouquinho... Vem cá... Pode? Vem até aqui. Isso. Vem cá, vem cá. Chegou aqui”.

A âncora do programa se aproxima do jornalista Luciano Faccioli:

“Cheguei!”.

E o jornalista Luciano Faccioli dá seguimento à sua intervenção:

*“**Quadrilha de ciganos, né? Dá licença. Dá a mão, deixa eu ler... Você é uma brilhante jornalista, acorda cedo, come mais que o Faccioli no café da manhã e informa a população. Que eu saiba, cigano, quando muito, lê mão. Agora, que aplicava golpes é novidade, hein?! Olha, vou te falar! E outra. Essa mulherada... Vou falar o que é verdade: essa mulherada aí, cigana, não toma banho, viu? Não! Falando sério! Pode parecer... Eu to falando sério! Nunca foi abordada por uma cigana? Nossa! Meu Deus do céu! Vou falar... Tá louco, não! Vou falar uma curiosidade, entre muitas características até, desse pessoal que ocupa praças, também se engaja no MST, naqueles que não tem o que fazer, Movimento de Sem Terra, e vem com essa (risos), e vem com essa conversa aí...”***

Ao longo de toda a intervenção do jornalista Luciano Faccioli, a âncora do programa oscila entre o riso nervoso e pequenas frases de surpresa diante do tom adotado pelo colega. Sua surpresa se expressava por meio de frases como: “*Que isso, Faccioli!*”.

Com a duração total de 2 minutos e 24 segundos, esta reportagem nos permite identificar vários elementos que compõem o imaginário social ocidental sobre os povos romani e especialmente sobre as mulheres romani – elementos estes construídos ao longo de cerca de 700 anos de contato entre este grupo étnico e o mundo Ocidental. Neste exemplo, os povos romani se tornaram notícia, pois pessoas pertencentes a este grupo étnico violaram a lei. No momento em que a violação da lei ocorre, o fato é noticiado de forma a tornar o ato ilícito uma característica da totalidade deste grupo étnico, reforçando a imagem de que toda pessoa de etnia romani é, a princípio, uma pessoa “trapaceira”,

“não-confiável”. As mulheres romani são descritas como “sujeitas” e “ludibriadoras” – aquelas “*que não tomam banho*” e que “*vem com essa conversa aí*”. São também descritas como pessoas avessas ao trabalho, um grupo que “*ocupa praças*”, e que se engaja no MST porque “*não tem o que fazer*”. Estas descrições são apresentadas como “*curiosidades*” e como “*características*” deste grupo étnico.

A terceira lógica que observamos nas abordagens feitas pela mídia sobre os povos romani é ainda bastante recente e residual. Diz respeito à cobertura e veiculação de notícias sobre discussões realizadas na área das políticas públicas para os povos romani. Aqui incluímos canais de TV, agências de notícias e veículos da mídia impressa que, reagindo à atuação das assessorias de comunicação de diversos órgãos públicos – Ministérios, Secretarias, Procuradorias e Defensorias Públicas – incluem, em suas pautas, notícias sobre eventos, encontros e discussões sobre os direitos dos povos romani. Exemplos disso

são as notícias veiculadas sobre o evento *Brasil Cigano: I Semana Nacional dos Povos Ciganos*, realizado em Brasília-DF, em maio de 2013. O envolvimento direto de diversos Ministérios e Secretarias do Governo Federal e do Governo do Distrito Federal, bem como do Ministério Público Federal, garantiram uma cobertura significativa do

evento, e uma abordagem dos povos romani como sujeitos do processo de construção e aprimoramento de políticas públicas e do fortalecimento de sua cidadania. Porém, esta foi uma ocorrência isolada, uma exceção em meio à ausência de abordagens mais aprimoradas da realidade dos povos romani por parte da mídia.



Ajustando o olhar: Do silêncio ao (re)conhecimento

A realidade e as condições de vida dos povos romani do Brasil, e das mulheres romani em especial, são muito pouco conhecidas. A participação destas mulheres no espaço público ainda é incipiente. Suas necessidades, seu diálogo com a tradição, seu papel na transmissão e na transformação da

mesma, sua percepção da discriminação, são muito pouco conhecidos, considerados e visibilizados. No depoimento de uma mulher romani, do grupo étnico Rom-Caldaraxa – uma *romni* de Aparecida de Goiânia-GO – os efeitos perversos da invisibilidade e do não-reconhecimento se evidenciam:

“Se não temos rosto, como teremos saúde, como teremos direitos e fisionomia. Como somos vistas e de que forma podemos guardar nossas tradições se não optarmos por esconder essa mesma tradição dentro da família? Estamos morrendo e ninguém vê?”

Hoje, não há como traçar um perfil das mulheres romani brasileiras. Não sabemos o número de mulheres romani que compõem a população brasileira. O dados que temos hoje ainda são insuficientes para revelar faixas etárias, níveis de escolaridade, taxas de natalidade e mortalidade, condições socioeconômicas. Porém, a partir do diálogo e do contato direto com comunidades romani de todo o país, podemos afirmar que a diversidade é uma marca fundamental deste grupo. Não há um conjunto de traços fenotípicos que possam ser considerados característicos. As danças, as comidas, as ocupações mais comuns, a indumentária, as práticas religiosas, o vocabulário e as expressões artísticas variam enormemente. O que há de comum entre elas é uma sensação difusa de que sua condição de cidadãs brasileiras é frágil – uma fragilidade

associada a seu pertencimento étnico.

Os estudos produzidos no Brasil denunciam todo um conjunto de violações de direitos que afetam o cotidiano destas mulheres. Encontramos relatos sobre situações de racismo institucional no sistema de saúde, que criam obstáculos quase intransponíveis ao atendimento. A falta de acesso à educação também é uma questão grave em muitas comunidades. O analfabetismo é bastante presente; o acesso ao ensino fundamental é precário e ainda pouco valorizado no âmbito das comunidades, e observa-se um total despreparo da escola para receber crianças e jovens romani. Estas são realidades que começam a se modificar, tanto no âmbito do poder público, quanto dentro das comunidades romani. Porém, as mudanças ainda são incipientes e muito localizadas.

POVO CIGANO

Acesso humanizado e acolhedor em todos os serviços de saúde.



DISQUE SAÚDE
136
www.saude.gov.br

Todo cidadão, independente da sua identidade, etnia ou condição social, tem direito ao atendimento humanizado nos serviços de saúde do SUS.

A Portaria MS nº 940, de 28/04/2011, afirma a não obrigatoriedade de endereço de domicílio para população cigana nômade se cadastrar. Para mais informações sobre o Cartão SUS, ligue (61) 3315 2317, ou escreva para helpcartao@saude.gov.br.

SUS Ministério da Saúde GOVERNO FEDERAL
BRASIL PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

Campanha lançada em maio de 2014 pelo Ministério da Saúde para garantir o atendimento, livre de qualquer tipo de discriminação, das famílias romani no Sistema Único de Saúde – SUS.



Campanha lançada em maio de 2014 pelo Ministério da Educação para divulgar o 24 de maio – Dia Nacional do Cigano em todo o país.

Esta realidade, com toda a sua complexidade, com todos os avanços e desafios que a caracterizam, não sai no jornal. Para superarmos este quadro, é necessário lançar um olhar à lógica de produção de notícias – um olhar que considere os impactos do racismo na definição das pautas, na hierarquização de prioridades e na escolha de abordagens jornalísticas, lançando perguntas sobre o papel e a responsabilidade da mídia no âmbito das sociedades. Em um contexto de fortalecimento da democracia, de avanços com relação à inclusão social e ao combate à pobreza, e de desafios que se mantêm em termos da garantia da participação social de diferentes grupos em uma sociedade diversa e ainda marcada por grandes iniquidades como a sociedade brasileira, a mídia pode trazer uma contribuição fundamental para o debate,

Referências Bibliográficas

BONOMO, Mariana; SOUZA, Lídio; BRASIL, Julia Alves; LIVRAMENTO, André M.; CANAL, Fabiana DAVEL. Gadjés em tendas Calons: um estudo exploratório com grupos de ciganos semi-nômades em território capixaba. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*. V. 4, n.2, São João Del-Rei, jul.2010.

BONONO, Mariana; SOUZA, Lídio; TRINDADE, Zeidi A.; CANAL, Fabiana; BRASIL, Julia A.; LIVRAMENTO, André M. et al. *Mulheres ciganas: medo, relações intergrupais e confrontos identitários*. *Universitas Psychologica*, 10 (3), Bogotá, 2011.

CAVALCANTE, Lucimara; COSTA, Elisa; VASCONCELOS, Marcia; GUIMARÃES, José Ribeiro. *A importância da geração de dados sobre os povos romani (ciganos)*. Brasília: AMSK, 2016.

CONCEIÇÃO, Joaci e LEAL, Marilúcia. *Mídia e representação: Negros, índios e ciganos pelo olhar da mídia impressa*. Trabalho apresentado no XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Fortaleza-CE, 3 a 7 de setembro de 2012.

COSTA, Elisa Maria Lopes da. *O povo cigano em Portugal e terras de além-mar (séculos XVI a XIX)*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1997.

revelando realidades pouco conhecidas, noticiando e informando, fazendo circular diferentes olhares e perspectivas no conjunto da sociedade brasileira, criando canais para processos de conhecimento e reconhecimento.

Para além das imagens que povoam o imaginário social brasileiro, há um cotidiano de mulheres e homens, cidadãos e cidadãos brasileiros de etnia romani, repleto de tensões, conflitos, belezas e riquezas que, para serem vistos, ouvidos e noticiados necessitam de um ajuste do olhar – um ajuste que apenas pode ocorrer a partir do reconhecimento dos efeitos poderosos do racismo no conjunto das instituições brasileiras – o que inclui a mídia – e da adoção de medidas para seu efetivo enfrentamento.

FERRARI, Florencia. *Um olhar oblíquo: contribuições para o imaginário ocidental sobre o cigano*. 2002. 264 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Departamento de Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

GUIMARAIS, Marcos Toyansk Silva. *O associativismo transnacional cigano: identidades, diásporas e territórios*. 2012. 229 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Perfil dos Municípios Brasileiros – 2011*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

MOTA, Ático Frota Vilas-Boas. *Ciganos: antologia de ensaios*. Brasília: Ed. Thesaurus, 2004.

TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. *Ciganos no Brasil: uma breve história*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

VASCONCELOS, Marcia; GUIMARÃES, José Ribeiro Sousa; COSTA, Elisa. *Dados oficiais sobre os povos romani (ciganos) no Brasil – 2013*. Brasília: AMSK, 2013.



Olga Mariano

Mulher de etnia romani, do grupo Calon. Cidadã portuguesa que tem atuado há mais de uma década como liderança romani na defesa dos direitos dos ciganos e ciganas portuguesas. Presidente da LETRAS NOMADAS – Associação de Investigação e Dinamização do Povo Cigano. Formada pelo ROMED

– Programa Europeu de Formação de Mediadores Ciganos, uma iniciativa do Conselho da Europa e da Comissão Europeia. Após sua formação no âmbito do ROMED, tem atuado como mediadora em casos de violação dos direitos humanos dos povos romani em Portugal, e como formadora de lideranças ciganas.



Elisa Costa

Terapeuta Acupunturista, formada pelo Instituto Yang de Terapias Alternativas e Formada em Ciências da Saúde Natural (Bachelor of Science in Natural Health Science – Given at Spain E.U, at Unied States Of America. BIU code Bra/65 – 658) Homeopata não médica (UFV e Homeobrás) e Especialista em Fitoterapia pela Universidad de Leon. Coordena os estudos “Homeopatia para Mulheres e Saúde dos Povos Romani” no Programa “Homeopatas dos Pés Descalços”, com foco direto na prevenção e resgate das Medicinas e Terapias Tradicionais, compilação de dados, pesquisa, informação e história sobre as mulheres de etnia romani, vítimas de experiências médicas durante a II Guerra Mundial e o resgate do

uso da medicina popular e natural, especialmente no Brasil. Em 2013, a convite da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República (SEPPIR/PR), fez parte da delegação brasileira em missão oficial à Espanha para a troca de experiência sobre políticas públicas para os povos romani (ciganos). No mesmo ano com o apoio da ONU Mulheres, realizou em Portugal, reuniões com lideranças ciganas portuguesas, a fim de promover o intercâmbio e novas formas de intervenção/educação. Foi Conselheira Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) na gestão 2015/2016. É fundadora e presidenta da Associação Internacional Maylê Sara Kalí (AMSK/Brasil).



Jamilly Rodrigues Cunha

Doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGA-UFPE), Bacharel em Ciências Sociais, com área de concentração em Antropologia, pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Atualmente, é bolsista da Capes/CNPq no PPGA-UFPE. Integra os seguintes Grupos de pesquisa: Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Etnicidade

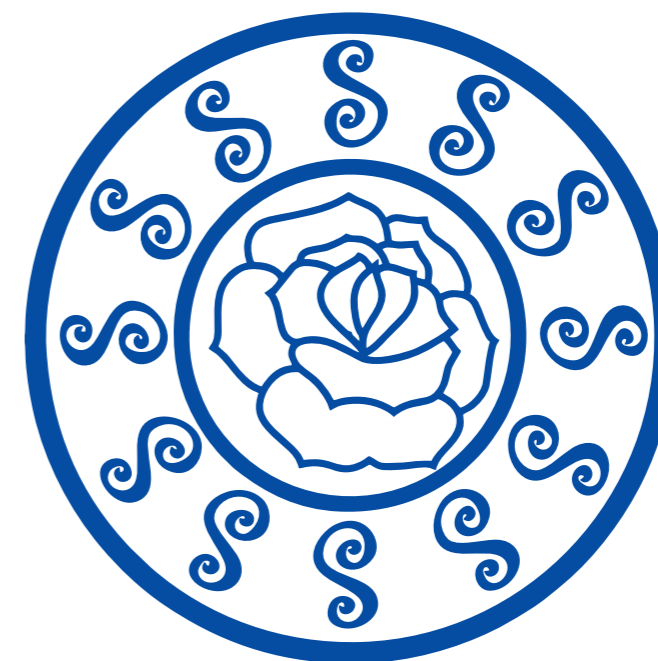
(NEPE/UFPE); Grupo de Estudos em Antropologia Visual (GEAV/UFPE); Grupo de Estudos Culturais (GEC/UFPE); Laboratório de Estudos em Movimentos Étnicos (LEME/UFCG). Editora da Revista de Estudos e Investigação Antropológica (REJA). Desenvolve pesquisas sobre os temas da etnicidade, territorialidade, identidade, políticas públicas e comunidades ciganas. Colaboradora da AMSK/Brasil.



Marcia Vasconcelos

Graduada em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e mestre em Sociologia, também pela UnB. Entre 2000 e 2004 foi assessora técnica da ONG AGENDE – Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento, onde desenvolveu atividades na área de igualdade de gênero e políticas públicas. Em 2005, passou a integrar a equipe do Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil como Oficial de Projetos em diferentes iniciativas de cooperação técnica, como o Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego, o Projeto de Combate ao Tráfico de Pessoas e o Programa Interagencial de Promoção da

Igualdade de Gênero, Raça e Etnia. Em 2009, assumiu a coordenação geral dos projetos de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça no Mundo do Trabalho da OIT-Brasil – atividade que desenvolveu até 2012. Em 2009, participou da fundação da Associação Internacional Maylê Sara Kalí (AMSK/Brasil) e em 2013, passou a integrar a sua equipe, atuando na área de fortalecimento dos direitos dos povos romani (ciganos). Ao longo de sua trajetória, coordenou projetos, realizou palestras, conduziu trabalhos de formação, publicou artigos e organizou e editou publicações, materiais audiovisuais e campanhas de sensibilização.



AMSK/BRASIL
ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL MAYLÊ SARA KALÍ

A Associação Internacional Maylê Sara Kalí AMSK/Brasil

A Associação Internacional Maylê Sara Kalí (AMSK/Brasil), organização sem fins lucrativos com sede em Brasília, foi fundada em janeiro de 2009 por um grupo de mulheres descendentes dos povos romani (ciganos). Tem como missão propagar a história, tradições e costumes dos povos romani do Brasil em defesa dos direitos humanos. Inclui, dentre seus objetivos, a promoção de ações de enfrentamento à discriminação étnica e racial contra os povos romani, com especial atenção à situação das mulheres romani. Em razão da grande invisibilidade que caracteriza os povos romani no Brasil e do desconhecimento sobre suas especificidades, tradições, necessidades,

condições de vida e obstáculos enfrentados no acesso a direitos, a AMSK/Brasil tem se dedicado ao levantamento, sistematização e ampla divulgação de informações qualificadas sobre esse segmento da população brasileira. Tem atuado de forma direta no nível nacional, porém sempre buscando estreitar o diálogo com organizações e lideranças dos povos romani de outros países – com especial destaque para Colômbia, Espanha e Portugal – com o objetivo de contribuir para a troca de conhecimentos, experiências e boas-práticas em termos de organização e de construção de políticas públicas, programas e ações.

“Nós mulheres ciganas herdamos das nossas mães e avós, num testamento repetido e dinâmico, um castelo de missões, ao qual eu me vinculo. Para juntar ao desafio ancestral, despertei em mim o dever de, serenamente, levar a voz da minha comunidade – e das mulheres ciganas em particular – aos quatro ventos, para que alguém quem sabe no meu legado, a leve às quatro partidas do mundo.”

Olga Mariano



Olga	Elisa	Jamille	Marcia
Mariano	Costa	Rodriguez	Vasconcelos